

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Governança Pública e Participação Social em Maués: Um Estudo sobre o Papel
da Sociedade Civil na Amazônia**

Carlos Alessandro Lima de Oliveira
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

CARLOS ALESSANDRO LIMA DE OLIVEIRA

Governança Pública e Participação Social em Maués: Um Estudo sobre o Papel da Sociedade Civil na Amazônia

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Josiel Lopes Valadares

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

O48g
2024

Oliveira, Carlos Alessandro Lima de, 1981-

Governança pública e participação social em Maués: um estudo sobre o papel da sociedade civil na Amazônia / Carlos Alessandro Lima de Oliveira. – Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (90 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Josiel Lopes Valadares.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.807>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Maués (AM) - Política e governo - Participação do cidadão. 2. Organizações não-governamentais. 3. Sociedade civil. 4. Participação Social. 5. Políticas Públicas. 6. Governança Pública. I. Valadares, Josiel Lopes, 1986-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 352.10608113

CARLOS ALESSANDRO LIMA DE OLIVEIRA

Governança Pública e Participação Social em Maués: Um Estudo sobre o Papel da Sociedade Civil na Amazônia

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 6 de setembro de 2024.

Assentimento:

Carlos Alessandro Lima de Oliveira
Autor

Josiel Lopes Valadares
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 06/12/2024 às 10:21:57 e pelo orientador em 11/12/2024 às 12:47:28. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **I9C5.GC12.HXGG** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho primeiramente ao meu amado Deus, aos meus familiares e aos meus amigos e colegas de trabalho que me incentivaram e me motivaram a fazer parte deste Projeto de Qualificação Profissional.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A Deus, pelo dom da vida e por me proporcionar saúde e garra para vencer todos os obstáculos.

À minha amada esposa Roseana, à minha filha Vitória Maria e ao meu filho João Paulo – os quais tanto amo –, por fazerem a minha vida bem melhor.

Aos meus familiares, por sempre acreditarem na minha capacidade.

Aos meus amigos, por estarem sempre confiantes no sucesso da minha caminhada acadêmica.

À Universidade Federal de Viçosa, pela preciosa oportunidade de poder cursar de mestrado de qualidade.

Ao Professor Mestre Felipe Malcher Moraes (UEA), pelo precioso apoio e incentivo a esta pesquisa.

Ao Professor Dr. Josiel Lopes Valadares, pela magnífica orientação, pelo apoio e plena atenção. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação do Curso de Mestrado em Administração (MINTER UFV/UEA) e Programa de Pós-Graduação de Mestrado Em Administração da UFV.

“A cidadania é o exercício da democracia; a participação é o instrumento da cidadania” João Simas

RESUMO

OLIVEIRA, Carlos Alessandro Lima de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2024. **Governança Pública e Participação Social em Maués: Um Estudo sobre o Papel da Sociedade Civil na Amazônia.** Orientador: Josiel Lopes Valadares.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel desempenhado pela sociedade civil organizada no Município de Maués/AM, por meio de diferentes organizações e espaços de participação social, na promoção da governança pública local. O estudo se baseou em uma análise empírica que refletiu sobre a atuação de entidades da sociedade civil organizada e seu relacionamento com as instituições governamentais nas discussões de políticas públicas locais. Operacionalmente, o trabalho se desenvolveu em três artigos científicos e propôs-se a realizar uma análise reflexiva sobre os aspectos da sociedade civil organizada, descrevendo a atuação de algumas organizações sociais de alguns espaços de debate de políticas públicas no Município de Maués/AM. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e a análise de entrevistas semiestruturadas, além de observações de campo. A análise dos dados foi conduzida através da técnica de análise de conteúdo e triangulação de dados, organizada em torno de grupos de instituições e eixos temáticos de políticas públicas. Os resultados dos artigos científicos que compõem esta dissertação corroboram a relevância da Constituição Federal de 1988, que abriu espaço para a inserção de mecanismos de participação cidadã e a consolidação da democracia participativa. No entanto, a pesquisa revela que, embora esses mecanismos tenham sido implementados, ainda há desafios significativos a serem superados para que a participação social alcance seu pleno potencial. A pesquisa revelou ainda as dinâmicas e desafios dessa atuação, destacando a importância da participação social na construção de uma governança pública mais inclusiva e coerente com as peculiaridades do contexto amazônico.

Palavras-chave: governo. organizações da sociedade civil organizada. participação social. políticas públicas. governança pública local.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Carlos Alessandro Lima de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2024. **Public Governance and Social Participation in Maués: A Study on the Role of Civil Society in the Amazon.** Adviser: Josiel Lopes Valadares.

This research aimed to understand the role played by organized civil society in the Municipality of Maués/AM through various organizations and spaces for social participation in promoting local public governance. The study was based on an empirical analysis that reflected on the actions of organized civil society entities and their relationship with governmental institutions in local public policy discussions. Operationally, the study sought to conduct a reflective analysis of the aspects of organized civil society, describing the activities of several social organizations and public policy discussion spaces in the Municipality of Maués/AM. Methodologically, the research adopted a qualitative approach, employing bibliographic and documentary research, along with the analysis of semi-structured interviews and field observations. Data analysis was carried out using content analysis techniques and data triangulation, organized around groups of institutions and thematic axes of public policies. The results of the scientific articles that make up this dissertation corroborate the relevance of the 1988 Federal Constitution, which opened space for the insertion of citizen participation mechanisms and the consolidation of participatory democracy. However, the research reveals that, although these mechanisms have been implemented, there are still significant challenges to be overcome for social participation to reach its full potential. The research also revealed the dynamics and challenges of this action, highlighting the importance of social participation in the construction of public governance that is more inclusive and coherent with the peculiarities of the Amazonian context.

Keywords: government. organized civil society organizations. social participation. public policy. local public governance.

SUMÁRIO

1. Introdução Geral	10
Referências	12
ARTIGO 1: A Participação Social no Contexto das Organizações e da Promoção de Políticas Públicas em Maués – AM	14
1. Introdução	14
2. Políticas públicas e participação cidadã	16
3. Participação social e organizações da sociedade civil.....	17
4. Procedimentos metodológicos	20
5. Espaços de Participação Social em Maués – AM.....	24
5.1. Participação nos Conselhos Municipais	25
5.2. Conferências Municipais	25
5.3. Audiências Públicas e Indicação Geográfica de Maués.	26
5.4. Participação de Organizações Religiosas	27
5.5. Análise das contribuições da participação social	28
6. Considerações Finais	34
Referências	35
Apêndice.....	40
ARTIGO 2: Governança Pública: Uma Análise das Contribuições e desafios da participação social na Amazônia.	41
1. Introdução	41
2. Governança pública	42
3. Relação entre governança pública e participação social	43
4. Procedimentos Metodológicos	44
5. Governança Pública e influência das organizações sociais em Maués-AM.....	48
5.1. Fatores que podem influenciam a promoção da governança pública em Maués .	49
5.2. Dificuldades a serem contornadas nas relações entre governo e organizações sociais	52
5.3. Desafios para melhorar a influência das relações entre governo e as organizações sociais na governança pública.	53
6. Considerações Finais	56
Referências	58
Apêndice.....	60

Artigo 3: Relações entre governo e sociedade na implementação de Políticas Públicas no Contexto Amazônico: Uma Análise do caso de Maués.....	61
1. Introdução.....	61
2. Gestão democrática e relação entre Estado e sociedade.....	63
3. Participação da sociedade civil nas políticas públicas na Amazônia	64
4. Procedimentos Metodológicos	65
5. Implementação de Políticas Públicas em Maués-AM.....	68
5.1 Evidências dos aspectos amazônicos como pontos importantes de discussão.....	71
5.2. Empecilhos na implementação das políticas públicas.....	72
5.3. Propostas debatidas em Maués-AM	73
5.4. Exemplos de políticas públicas que foram implementadas em Maués	75
5.5. Expectativas para melhoria das relações públicas entre governo e sociedade	75
6. Considerações Finais	76
Referências	78
Apêndice.....	80
Conclusões Gerais.....	81
ANEXOS	84
ANEXO A - Autorização Prévia.....	84
ANEXO B - Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.....	85
ANEXO C - Termo de Sigilo e Confidencialidade	86
APÊNDICES	87
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE.....	87
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	90

1. Introdução Geral

O presente estudo buscou investigar como a sociedade civil organizada pode contribuir para a governança pública no Município de Maués, situado na região amazônica. A articulação entre o governo e a sociedade civil organizada é um instrumento crucial para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em áreas essenciais, como educação, saúde, meio ambiente, saneamento, reinserção social e produção agrícola. Segundo a literatura, a participação social na elaboração dessas políticas é fundamental para promover a transformação social e fortalecer a governança pública, especialmente em regiões de grande complexidade como a Amazônia (SANCHEZ & MACHIOR, 2017).

Dessa forma, a sociedade civil organizada e as organizações públicas desempenham papéis essenciais na promoção da governança pública. A influência da sociedade na tomada de decisões sobre aspectos socioeconômicos que impactam diretamente suas realidades locais é de suma importância para garantir que as políticas públicas reflitam os interesses genuínos da população. No Brasil, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) assumiram um papel crescente na formulação de políticas públicas, em parte devido ao processo de urbanização que começou na década de 1940 e à resistência ao autoritarismo durante o regime militar, que incentivou a organização de grupos opositores, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (AVRITZER, 2012).

Existem duas formas principais de participação da sociedade civil nas decisões governamentais: indiretamente, por meio do voto, e diretamente, por meio de organizações sociais que colaboram na construção de políticas públicas (SILVA, 2015). Este estudo foca na participação direta, analisando como entidades privadas sem fins lucrativos em Maués atuam como representantes da sociedade em projetos de interesse coletivo. O trabalho examinou atividades de várias organizações sociais e governamentais que operam em Conselhos Gestores de saúde e educação em Maués, no Fórum Municipal de Educação (FME), em duas entidades religiosas com objetivos de interesse público e em duas cooperativas de produtores de guaraná, que integram a Associação dos Produtores da Indicação Geográfica do Guaraná de Maués. A pesquisa também incluiu eventos de interesse coletivo, como conferências municipais de saúde e educação e audiências públicas promovidas pela Prefeitura Municipal.

A escolha dessas instituições e eventos para a pesquisa deve-se à importância estratégica de suas atividades dentro do município de Maués, localizado no Estado do Amazonas, e que se trata de uma região com peculiaridades únicas se comparada a outras partes do Brasil. O bioma

amazônico, com sua vasta biodiversidade e significativas riquezas naturais, apresenta desafios específicos para a governança pública, tornando o estudo dessa articulação entre governo e sociedade civil ainda mais relevante.

A relevância do tema decorre da necessidade de entender o papel e o comportamento da sociedade civil organizada, representada por cooperativas, organizações religiosas e outras entidades sociais, em um contexto que envolve a realidade amazônica. A Amazônia, com sua vastidão geográfica e complexidade social, exige abordagens inovadoras e adaptativas para a participação social efetiva nas políticas públicas. Paes de Paula e Keinert (2016) destacam que essas mudanças representam uma inovação nas matrizes teóricas do Estado brasileiro, privilegiando a articulação das políticas públicas com enfoque sociocêntrico.

Outro fator motivador para a escolha deste tema foi a acessibilidade e proximidade dos elementos a serem explorados, o que permitiu uma análise detalhada da atuação da sociedade civil no nível municipal. Este estudo também busca complementar e corroborar pesquisas semelhantes realizadas em outras regiões do Brasil, como os trabalhos de Melissa Chaves Garcia (2021) e Nayra Souza Figueiredo (2016), que tratam da participação social na governança pública e no controle social em governos locais.

Esta pesquisa, portanto, pretende contribuir para a compreensão do papel da sociedade civil organizada na governança pública, especialmente em um contexto tão específico quanto o da Amazônia. O Terceiro Setor, nesse cenário, tornou-se um elemento relevante na administração pública moderna, promovendo um diálogo contínuo entre governo e sociedade civil para enfrentar os desafios locais. Diante desse panorama, a pesquisa busca responder à seguinte questão: **Como a sociedade civil organizada tem atuado no Município de Maués/AM por meio de organizações e espaços de participação social na promoção da governança pública local?** Para isso, o estudo tem como objetivo geral compreender o papel desempenhado pela sociedade civil organizada em Maués/AM, analisando as organizações e os espaços de participação social na promoção da governança pública local.

Especificamente, pretende-se:

1. Analisar a participação no processo de formulação, promoção e implementação de políticas públicas, considerando desafios e boas práticas identificadas no contexto das organizações.
2. Analisar a democratização das relações entre governo e sociedade civil organizada local como elemento essencial para a construção da governança pública no município.

3. Identificar e explorar fatores que podem estimular o interesse social em atividades colaborativas entre governo e entidades representativas da sociedade civil organizada, focando em áreas-chave como educação, saúde, meio ambiente, saneamento, urbanização, orçamento, reinserção social e produção agrícola visando impulsionar o desenvolvimento local.

Os objetivos específicos I, II e III foram operacionalizados em forma de artigos científicos inéditos. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, que se propôs a compreender uma série de significados, crenças, valores e atitudes a respeito do tema estudado (MINAYO, 2014). Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois busca descrever fenômenos ou situações com o objetivo de compreender suas características e observar as relações que permeiam os indivíduos envolvidos neste contexto (OLIVEIRA, 2011).

Nesse sentido, a pesquisa descritiva não se propõe a quantificar um estudo ou fenômeno, mas sim a investigá-lo de maneira qualitativa, buscando compreender seu significado e contextualizar seus elementos essenciais. A abordagem qualitativa facilita o acesso aos sujeitos da pesquisa por meio de técnicas como entrevistas e observações, permitindo uma coleta de dados rica em detalhes (TRIVIÑOS, 1987). Assim, foram utilizadas técnicas de coleta de dados e análise provenientes de 23 entrevistas, observações diretas e a análise de 25 documentos, apoiadas pela literatura pertinente a cada artigo científico trabalhado.

A estrutura da dissertação foi desenvolvida em um capítulo introdutório, que apresentou o tema, a contextualização, a questão de pesquisa e os objetivos propostos. Em seguida, foram elaborados três artigos científicos originais, cada um abordando um dos objetivos específicos. Por fim, a dissertação foi finalizada com as Conclusões Gerais do trabalho.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, p. 383-398, 2012.

FIGUEIREDO, Nayra de Souza. O papel da sociedade civil organizada e da transparência no controle social em governos locais. 2016. xiv, 205 f., il. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GARCIA, Melissa Chaves. A participação social como elemento de governança pública e fator relevante no desenvolvimento local. 88 f., il. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, 2021.

PAES DE PAULA, A. P. & KEINERT, T. Inovações institucionais participativas: Uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no

EnAPG (1990-2014). **Cadernos EBAPE**, 14(3), 744-758, 2016. doi: 10.1590/1679-395130829

SANCHEZ, C.; MARCHIORI, P. Participação Popular no Contexto das Iniciativas de Governo Aberto: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 103-118, 2017.

SILVA, C.M.C. Uso da mídia social governamental para promover engajamento entre cidadãos e governo federal. (Mestrado), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

ARTIGO 1: A Participação Social no Contexto das Organizações e da Promoção de Políticas Públicas em Maués – AM

Resumo: Este estudo investigou a participação social como um fator crucial no contexto das organizações públicas e da sociedade civil no Município de Maués/AM. O problema central da pesquisa foi: Como a participação social, mediada por organizações, influencia a formulação, a promoção e a implementação de políticas públicas em Maués? O objetivo principal foi analisar a participação no processo de formulação e implementação de políticas públicas, considerando desafios e boas práticas identificadas no contexto das organizações. Metodologicamente, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observações diretas como principais técnicas de coleta de dados. Os resultados da pesquisa indicaram que a participação social pode contribuir com o bem-estar social e econômico em Maués, à medida que haja maior engajamento das instituições e de segmentos da sociedade civil. A partir das abordagens empíricas e teóricas, constatou-se a participação no município ainda é incipiente, considerando os mecanismos de participação e os resultados demonstrados. A atuação dos cidadãos, por meio de determinados órgãos e espaços de participação, fortalece o processo de discussão de políticas públicas e contribui para a governança pública local.

Palavras-chave: Participação social. Promoção. Políticas públicas. Governança pública.

1. Introdução

A participação social é a pedra angular da governança pública efetiva, especialmente em contextos onde a complexidade social e geográfica apresenta desafios únicos, como na Amazônia. Em Maués, a atuação das organizações da sociedade civil (OSCs) tem sido crucial para a formulação e implementação de políticas públicas. A urbanização e a tecnocracia do regime autoritário brasileiro impulsionaram a sociedade civil a se organizar para enfrentar desafios sociais e econômicos emergentes (AVRITZER, 2012).

A Constituição de 1988 e a criação de conselhos municipais estabeleceram mecanismos importantes para institucionalizar a participação social (BRESSER-PEREIRA, 1999; PEREIRA e AVRITZER, 2005). Esses conselhos, atuando como espaços deliberativos e paritários, têm sido cruciais para a inclusão de diversas vozes no debate público (ROCHA, 2021; SOARES, 2002). Contudo, pesquisas indicam que a boa atuação desses conselhos é frequentemente limitada pela falta de representatividade e pelo controle governamental (RAICHELIS et.al., 2006; SOARES, 2002).

A implementação de políticas setoriais a partir dos anos 90, focadas na descentralização e democratização, visou aumentar a participação cidadã (PAULA et al., 2021). Estudos recentes reforçam a importância da participação social na formulação e implementação de políticas públicas, evidenciando como essa participação fortalece a governança pública (SANCHEZ e MACHIOR, 2017; AVRITZER, 2012). No entanto, a literatura destaca que há uma necessidade

contínua de inovação nos mecanismos de participação para refletir melhor a realidade regional, como na Amazônia (ANELLI e BRASIL, 2021; GONÇALVES et al., 2022).

Portanto, esta pesquisa busca explorar como as OSCs em Maués podem melhorar sua influência na governança pública, preenchendo lacunas existentes e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Assim, estudos indicam que a falta de representatividade e o controle governamental sobre os conselhos frequentemente minam sua autonomia e capacidade de influenciar decisões políticas (RAICHELIS et al., 2006; SOARES, 2002). A necessidade de inovação nos mecanismos de participação é essencial para garantir que eles reflitam melhor a realidade regional e socioeconômica específica da Amazônia (ANELLI e BRASIL, 2021; GONÇALVES et al., 2022).

A pesquisa buscará responder à seguinte questão: Como a participação social através de organizações influencia a formulação, promoção e implementação de políticas públicas em Maués? Diante desse contexto, o presente estudo se propõe analisar a participação no processo de formulação e implementação de políticas públicas, considerando desafios e boas práticas identificadas no contexto das organizações. Esta questão é crucial para compreender os desafios e as práticas na promoção da governança pública, especialmente em regiões com características únicas como a Amazônia.

Assim, a relevância desta pesquisa é evidenciada pelos desafios contínuos enfrentados pela participação social na governança pública, especialmente em contextos complexos como o de Maués, na Amazônia.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, que apresenta o contexto, a justificativa e o problema de pesquisa, a próxima seção revisa a literatura relevante sobre participação social e governança pública, com foco na atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e nos desafios enfrentados em contextos amazônicos. Em seguida, a metodologia utilizada na pesquisa é detalhada, descrevendo o enfoque qualitativo, as técnicas de coleta de dados e os critérios de seleção dos participantes. A seção de resultados e discussão apresenta os principais achados empíricos, comparando-os com a literatura existente e destacando as implicações práticas e teóricas. Por fim, a conclusão sintetiza os resultados, discute as limitações da pesquisa e propõe recomendações para futuras investigações e políticas públicas.

2. Políticas públicas e participação cidadã

A participação cidadã é um elemento fundamental nas teorias de políticas públicas, especialmente no contexto da governança democrática. Estudos realizados por Milani (2008) destacam que a participação social se tornou, nos anos 1990, um dos princípios organizativos fundamentais para formulação de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local. A institucionalização da consulta da “sociedade civil organizada” nos processos de formulação de políticas públicas locais é um exemplo notável dessa transformação (BULLA et al., 2006; AVRITZER, 2010; SILVA, 2010; GOHN, 2011, LICÓRIO et al., 2023).

A literatura sobre políticas públicas ressalta a importância dos mecanismos de participação como instrumentos para fortalecer a democracia e aumentar a legitimidade das decisões governamentais (DAHL, 2001; MILANI, 2008; FERNANDES, 2000). Segundo Putnam (1997), o capital social, que inclui redes de participação cívica, é crucial para o funcionamento eficaz das instituições democráticas. Em sua obra *Making Democracy Work*, Putnam introduz conceitos fundamentais para a compreensão da participação social e seu impacto na governança democrática. O autor argumenta que o capital social, que inclui redes de participação cívica e confiança interpessoal, é essencial para o funcionamento eficaz das instituições democráticas (FERRAREZI, 2014).

No contexto da Itália, Putnam demonstrou que regiões com altos níveis de capital social apresentam melhor desempenho institucional, destacando a importância das relações de confiança e cooperação mútua para a consolidação de uma democracia funcional (REIS, 2003). No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 foi um marco para a institucionalização da participação social, criando diversos conselhos e espaços participativos (AVRITZER, 2009; ALMEIDA, 2014). Contudo, desafios persistem, como a efetividade limitada devido à interferência política e à falta de representatividade (RAICHELIS, 2006).

A literatura indica que a descentralização e a democratização das políticas públicas, implementadas nos anos 90, foram passos importantes para aumentar a participação cidadã (DAGNINO, 2004). Além disso, pesquisas recentes mostram que a inovação nos mecanismos de participação é necessária para refletir melhor as realidades regionais e socioeconômicas específicas, como na Amazônia (ANELLI e BRASIL, 2021; GONÇALVES et al., 2022).

Portanto, as teorias sobre políticas públicas e participação cidadã convergem na necessidade de mecanismos participativos robustos que possam enfrentar os desafios contemporâneos da governança. Isso inclui a adaptação às particularidades regionais e a promoção de uma participação mais inclusiva e representativa, crucial para a eficácia das

políticas públicas (HÄIKIÖ, 2012; DAGNINO e TEIXEIRA, 2014; OLIVEIRA e CKAGNAZAROFF, 2022).

Diante disso, surgiram novos mecanismos de articulação para possibilitar a inserção da participação social nas decisões que fazem parte da administração pública, sobretudo, porque houve a regulamentação de tais atividades, especialmente com o intuito de melhorar a prestação de serviços públicos. Partindo desse entendimento, Anelli e Brasil (2021) trazem ao debate que incorporada à constituição de 88, a participação social passou a fazer parte das esferas governamentais e em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social, com repasses de recursos. Deste modo, compreendeu-se que o caminho democrático é importante para o bom êxito das políticas públicas. No entanto, Milani (2008) aponta que os instrumentos participativos devem ser questionados sob, pelo menos, duas óticas críticas principais: quem participa e que desigualdades subsistem na participação? E como se dá o processo de construção do interesse coletivo no âmbito dos dispositivos de participação? A análise dessas questões é essencial para entender as inovações e os limites da participação social na formulação de políticas públicas locais.

A organização dos cidadãos com o intuito de fiscalizar as ações do governo, além de sua atuação consciente de seus direitos, procurando sempre buscar os canais de controle das ações governamentais é uma tarefa determinante que coloca a população como tutora das ações políticas implementadas pelo Estado, e não como mera tutelada (GONÇALVES et al, 2022). E neste cenário, avaliar as prestações de contas pelos Conselhos de Saúde, por exemplo, é preponderante para que o trabalho dos conselheiros esteja de acordo com as atribuições que competem a eles, pois somente assim estarão mantendo o controle sobre todas as ações praticadas por aqueles que gerem a saúde pública (GONÇALVES et al., 2010; REZENDE e GONÇALVES, 2016).

Para Lopes (2020, p. 5) “o controle social consiste na participação do cidadão na gestão pública, sendo um aparato institucionalizado da participação social da sociedade civil organizada, que fiscaliza, monitora as ações do poder público”. Deste modo a participação do cidadão se torna instrumento relevante na tomada de decisão das políticas públicas que serão elaboradas ao longo da jornada de negociações que envolvem diversos aspectos das políticas.

3. Participação social e organizações da sociedade civil

A sociedade civil no contexto das políticas públicas passa a representar politicamente a sociedade em geral, nesta relação que se propõe a atuar frente ao Estado, no debate às questões

de interesse público (BRESSER-PEREIRA, 1999). Carvalho *et al.*, (2022) explicitam ser a sociedade civil uma espécie de “arena” em que predominam os conflitos de interesses, uma vez que esta é bem diversificada, em seu contexto total. Para Medeiros e Borges (2007) a sociedade civil seria um ato que pressupõe a influência ativa dos cidadãos perante os processos de decisões das políticas no que diz respeito ao interesse público.

Foi através da Carta Magna que houve a introdução de mecanismos de participação capazes trazer novidades como os debates sobre as questões públicas, norteados por princípios inovadores que colaborassem com a expressão de opiniões dos cidadãos, em face aos problemas de ordem coletiva (MARTINS *et al.*, 2020). No Brasil, a partir dos anos 90, surgiram mudanças ocasionadas nos paradigmas administrativos, com a implementação de mecanismos como descentralização, redistribuição de poder, democratização e o surgimento das políticas setoriais, dando ênfase a novas estruturas políticas que permitiram a participação social, como ponto chave. (PAULA *et al.*, 2021).

Foi a partir da lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que se criou o marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) no país (BRASIL, 2014). Raichelis *et al* (2006, p.13) faz uma alerta que “a centralização dos Poderes nas mãos do Executivo fragiliza, em muitos casos, a autonomia dos Conselhos diante das condições que os Governos reúnem para interferir, neutralizar ou mesmo minar suas ações e decisões”. Por isso o controle social faz-se de suma importância, como um instrumento relevante para a gestão pública. A criação do MROSC fortaleceu a necessidade de mecanismos de controle social mais robustos, visando garantir a efetividade das ações dos Conselhos e a aplicação correta dos recursos.

Neste contexto, Rocha (2021) destaca que os conselhos municipais de educação desempenham um papel crucial na gestão educacional, ao dividir responsabilidades com o Estado. Esses órgãos, por sua vez, exercem diversas funções no sistema municipal de ensino contribuindo para sua plena atuação. Com a Constituição Federal de 1988, a criação dos conselhos municipais ganhou força e posteriormente, a criação dos comitês gestores para acompanhamentos, no propósito de se estabelecer um diálogo entre os três setores, a saber, a sociedade, o Estado e o mercado. E foi a partir dos anos 90 que se criaram arranjos institucionais para permitir a participação da sociedade civil, o governo e o mercado, no sentido de promover a transparência, a *accountability* e a democracia sobre os aspectos das ações governamentais (ABERS e KECK, 2008; BARROS *et al*, 2020).

Na compreensão de Pereira e Avritzer (2005) os conselhos de políticas públicas configuram-se como instituições híbridas, uma vez que envolvem diferentes atores sociais, isto

é, os que pertencem ao Governo (servidores, políticos) e a sociedade civil, representada por indivíduos que se envolvem em associações, sindicatos, cooperativas, igrejas/associações religiosas, além de outras organizações. Neste contexto, a paridade entre os representantes e membros dos Conselhos são fatores de suma importância para o bom funcionamento das atividades, formação de programas e políticas públicas de interesse das classes.

Outro ponto crucial em que a sociedade pode influenciar efetivamente é através da audiência pública. Este mecanismo permite que o governo apresente, de maneira legítima e transparente, seus projetos públicos aos segmentos das organizações e à sociedade em geral, fomentando um debate significativo entre os setores sociais e o Estado. Segundo Soares (2002), a audiência pública possibilita a troca de informações entre gestores públicos e cidadãos, permitindo que diversas temáticas sejam debatidas e posteriormente compiladas em conferências. No entanto, a interação adequada durante as audiências públicas é fundamental para que as questões levantadas sejam incluídas nas pautas das discussões plenárias, contribuindo para a melhoria das áreas econômicas e sociais. A pesquisa de Mesquita e Azevedo (2022) complementa essa perspectiva ao investigar as audiências públicas orçamentárias como espaços de transparência e participação social, denominando-os fóruns de *accountability* síncrona. Esses fóruns permitem que a prestação de contas e a responsabilização ocorram simultaneamente, resultando em estratégias que minimizam riscos reputacionais e de responsabilização por parte dos gestores públicos.

Já a Conferência Municipal constitui-se como um evento e um espaço relevante para a construção de um processo de política amplo e democrático. Nesse tipo de reunião pública há espaços para amplo debate e levantamentos de propostas que são postas em votação e aprovação, para serem levadas para as Conferências de nível estadual e nacional. Nesse contexto, Teixeira *et al.*, (2012) apontam que a conferência dá possibilidades de a sociedade civil contribuir com os reais anseios da população, quando formula propostas que poderão ser aprovados, tornando-se projetos que venham beneficiar classes sociais.

Outra forma de participação são as associações que “enquanto organizações da sociedade civil são importantes catalisadoras do Capital Social, bem como lastros para o entendimento da confiança dos cidadãos nas instituições” (DE MARCH *et al*, 2021, p.3). Compreende-se, deste modo, que as associações, sejam elas urbanas ou rurais, têm por objetivo principal defender os interesses específicos de suas classes, como de trabalhadores rurais no cultivo de produtos agrícolas ou da pecuária, assim como associações que tratam de interesses de profissionais de classes de trabalhadores.

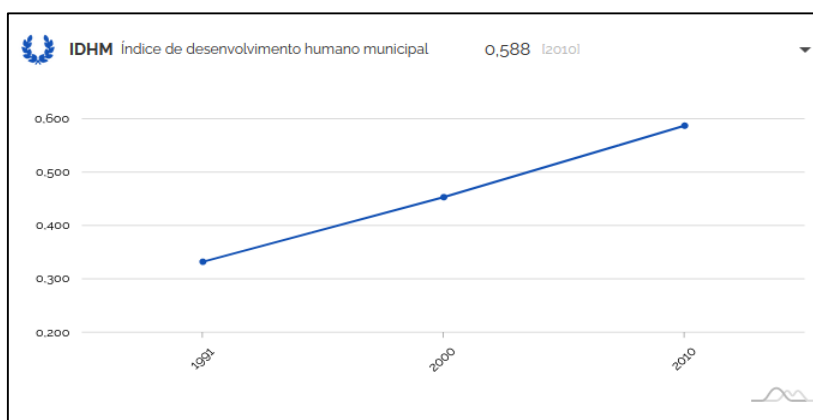
Segundo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC (BRASIL, 2014) existe ainda uma terceira categoria de OSC que se chama Organizações Religiosas, que têm por finalidade o interesse público. Para Silva (2023), é importante haver uma distinção entre uma instituição religiosa com inspiração ou finalidade de propagar a sua fé simplesmente e de uma instituição religiosa que também tem parte ou um setor voltado para realizar trabalhos de interesse social ou de finalidade pública.

Diante do exposto, a participação social e a atuação das organizações da sociedade civil são fundamentais para a governança democrática e a formulação de políticas públicas eficazes. A introdução de mecanismos de participação pela Constituição de 1988 e a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) em 2014 destacam o compromisso do Brasil com a inclusão cidadã e a transparência governamental. As audiências públicas e conferências municipais emergem como espaços cruciais para o debate e a formulação de políticas que atendam aos anseios da população, enquanto os conselhos municipais desempenham um papel vital na gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil. Assim, é imperativo continuar inovando e fortalecendo esses mecanismos para assegurar que a participação social seja não apenas simbólica, mas verdadeiramente impactante na construção de políticas públicas inclusivas.

4. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa qualitativa teve como *locus* de pesquisa o Município de Maués que faz parte do contexto da Amazônia Brasileira.

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano-IDHM Maués/AM.



Fonte: Censo 2010, IBGE.

E por isso é importante observar fatores geográficos e regionais devem sempre ser levados em consideração na pesquisa, visto que possui uma área de 39.991,066 km² (IBGE,

2022) e uma população de 61.204 habitantes (CENSO IBGE, 2022), sendo que grande parte dessa população faz parte da zona rural do município, que, geograficamente, é bastante diferenciada. Já quanto ao nível de desenvolvimento econômico, o Município possui um IDH de 0,588 no Censo 2010 (IBGE/2010), ficando abaixo da média estadual que é de 0,674 e muito abaixo da média nacional que é de 0,759. Na Figura 1 observa-se a evolução da IDHM de Maués/AM que embora o município tenha obtido evolução, o índice permanece baixo em relação à média estadual e nacional. O Município tem sua economia advinda do setor primário, com destaque para a cultura do guaraná que é o seu maior produto. Para tanto, no ano de 2018, Maués obteve a conquista do selo da Indicação Geográfica (IG do Guaraná), em parceria da Prefeitura Municipal de Maués, Produtores associados e das Instituições como EMBRAPA, SEBRAE, MAPA e outras (TRICAUD et al., 2016). A conquista se referiu a Indicação de Procedência (IP) para garantir a comercialização do produto como exclusivo da área IG (REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) nº 2454, 2018).

A **coleta de dados** foi operacionalizada a partir de quatro fontes principais: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; entrevistas semiestruturadas e observações diretas. A pesquisa bibliográfica envolveu informações públicas de fontes impressas de autores encontrados em acervos bibliográficos locais e em sítios na internet como SCIELO, SPELL ANPAD, CAPES e GOOGLE ACADÊMICO relativos a trabalhos publicados até agosto/2024. Logo, é importante ressaltar a presença do pesquisador como participante ativo nas conferências municipais de saúde e educação pesquisadas, no Fórum Municipal de Educação, Conselho Regulador da IG do Guaraná e como membro ativo e na Audiência Pública Municipal do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de 2019 em Maués.

A pesquisa documental envolveu acesso eletrônico a leis, decretos e dados que definem a relação entre governo, o mercado e as organizações da sociedade civil organizada, através de sites institucionais como Portal da Transparência do Município de Maués, além de outros documentos locais, pesquisados a partir do ano de 2018 até o ano 2024. Assim, na concepção de Fonseca (2002) através da pesquisa documental o pesquisador consegue obter dados de variadas formas de documentos não publicados. Os documentos analisados encontram-se disponíveis no apêndice deste artigo.

As entrevistas semiestruturadas consiste em extrair do entrevistado o máximo de informações que serão relevantes para se utilizar em uma abordagem de natureza qualitativa (MINAYO, 2009). Neste cenário, foram definidos alguns critérios de seleção com os membros entrevistados, que conforme o Quadro 2, criando agrupamentos identificados pelos códigos P1

até P23 (Participantes 1 a 23), códigos que foram utilizados nos Resultados e Discussão, com referência ao grupo/espaço a qual pertence cada entrevistado, submetidos ao Comitê de Ética na Pesquisa - CEP/UFV. Inicialmente, foram submetidos ao CEP um total de 27 entrevistas (TCLE, apêndice A), porém a como foi possível alcançar somente 23 entrevistas, os códigos foram redistribuídos conforme quadro 1:

Quadro 1: Perfil dos membros entrevistados

Cód.	Espaço de participação	Segmento	Atuação Profissional/Social
P1	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Sindicato
P2	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Associação
P3	Conselho Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P4	Conselho Municipal de Educação de Maués	Sociedade Civil	Organiz. Religiosa
P5	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P6	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P7	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo- Gestão	Saúde
P8	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Saúde
P9	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo Trabalhadores da Saúde	Saúde
P10	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Pesca
P11	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Organiz. Religiosa
P12	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P13	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P14	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação Federal
P15	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P16	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P17	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P18	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P19	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Governo	Educação Profissional Servidor Federal
P20	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P21	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P22	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social
P23	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas foram aplicadas através de um Roteiro padronizado, contendo perguntas abertas, aplicadas a todos os grupos/espaços de participação selecionados para esta técnica de coleta de dados, através de gravações ou de anotações escritas. Cada participante foi comunicado previamente e recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa – UFMG/

MG, para leitura e assinatura dos referidos participantes, resguardando seus direitos pessoais assim como o respaldo do pesquisador. Os dados obtidos das gravações ou anotações escritas foram objetos de estudo posterior transcrição textual e extração das inferências.

A observação foi operacionalizada a partir do contato com os membros que compõem os diversos segmentos da sociedade local sobre sua dinâmica de envolvimento com as políticas elaboradas pelo governo. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 169) “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Nesta pesquisa as observações compreenderam a presença do pesquisador na Conferência Municipal de Saúde 2023, Conferência Municipal de Educação 2023, Reunião da IG Maués 2023, Reunião Extraordinária do Fórum Municipal de Educação em 20/10/2023 e no momento das entrevistas semiestruturadas. Para **análise dos dados** foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) e a triangulação de dados (DENZIN e LINCOLN, 2005). Todos os dados coletados, incluindo bibliografias, documentos, entrevistas semiestruturadas e observações, foram analisados qualitativamente com base nas categorias de análise detalhadas no quadro 2. Nesta perspectiva, as categorias foram definidas à priori com base na literatura pesquisada no intuito de gerar uma análise que pudesse trazer uma triangulação entre aquilo que fora construído na literatura e as especificidades do caso em questão.

Os documentos, entrevistas semiestruturadas e observações foram minuciosamente examinados a partir das categorias de análise estabelecidas, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada das informações. Na próxima seção, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir dessa análise.

Quadro 2: Categorias de análise

Categoria	Objetivo da Categoria
Órgãos e espaços de participação	Identificar os principais espaços de participação que fazem parte do universo da pesquisa
Processos de Participação	Verificar como ocorre a inclusão da sociedade local nos debates públicos
Contribuições na participação social	Observar quais contribuições dos espaços de debate para promoção das políticas públicas locais.
Desafios e Barreiras	Identificar quais as barreiras logísticas, sociais e econômicas para a participação social nos espaços públicos.
Contribuições e exemplos de sucesso	Avaliar em quais processos discursórios ocorrem elaboração de propostas que culminaram com políticas públicas.
Comparação com a literatura	Comparar as convergências e divergências entre os resultados apresentados e o que a literatura apresenta.
Recomendações para melhorar a participação	Sugerir medidas que possam melhorar o processo de participação social.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

5. Espaços de Participação Social em Maués – AM

Nesta seção, apresentamos os principais achados da pesquisa sobre os espaços de participação social no município de Maués, cuja análise abrange diversos órgãos e instâncias de participação que desempenham papéis fundamentais na promoção e implementação de políticas públicas municipais (quadro 3). A seguir, discutiremos os órgãos e espaços investigados, incluindo conselhos municipais, fóruns, conferências, audiências públicas e associações de produtores, destacando suas contribuições para o fortalecimento da gestão pública democrática.

Quadro 3: Órgãos e espaços de participação investigados

Espaço ou órgão Pesquisado	Importância na promoção das políticas públicas municipais
Conselho Municipal de Saúde- Maués	Espaço normativo, deliberativo e paritário (governo e sociedade) que atua nas políticas públicas da saúde e organiza as conferências.
Conselho Municipal de Educação- Maués	Espaço normativo, deliberativo e paritário (governo e sociedade) que atua nos debates das políticas públicas da educação.
Fórum Municipal de Educação – Maués	Espaço permanente de discussão de políticas públicas alinhadas ao Plano Municipal de Educação de Maués (composta de servidores da educação e sociedade) Coordena as conferências da educação.
Conferência Municipal de Saúde - Maués	Espaço de participação e discussão de políticas públicas municipais de saúde, que acontecem eventualmente e elaboram propostas que serão levadas para etapas estadual e nacional.
Conferência Municipal de Educação- Maués	Espaço de discussão de políticas públicas municipais de educação, que acontecem eventualmente e elaboram propostas que serão levadas para etapas superiores e poderão se transformar em leis.
Audiências Públicas Municipais- Maués	Espaços de deliberação que ocorrem eventualmente e tem o propósito de tornar público e os projetos governamentais produzidos.
Associação de Produtores de Guaraná da Indicação Geográfica de Maués	Associação de Produtores que conta com a contribuição de atores sociais de diferentes órgãos/instituições governamentais, da sociedade civil e privadas/ possui o selo de Indicação de Procedência do principal produto da economia mauesenses.
Organização Religiosa- Fundação Beneficente Palavra Viva	Entidade privada de interesse coletivo que tem um papel importante para educação municipal na área da educação infantil e em educação profissionalizante e atua em conselhos e conferências.
Organização Religiosa- Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança Nossa Senhora da Piedade- Maués.	Instituição filantrópica que desempenha um trabalho relevante na recuperação e reinserção social de jovens e adultos que estão nas drogas e alcoolismo. A Instituição atua junto à sociedade.

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

Os espaços de participação social pesquisados evidenciam a diversidade e como esses órgãos podem ser importantes na promoção de políticas públicas em Maués. Os Conselhos Municipais de Saúde e Educação, por exemplo, são espaços normativos e deliberativos que garantem a participação paritária entre governo e sociedade civil, promovendo discussões e decisões que podem impactam diretamente essas áreas. O Fórum Municipal de Educação se destaca como um espaço de discussão permanente, alinhado ao Plano Municipal de Educação,

enquanto as Conferências Municipais de Saúde e Educação são eventos esporádicos, mas cruciais para a elaboração de propostas que podem influenciar políticas em todos os níveis.

5.1.Participação nos Conselhos Municipais

O Conselho Municipal de Saúde de Maués realiza reuniões ordinárias e extraordinárias com seus membros, que são paritários (50% governo e 50% sociedade civil), e também é aberto aos cidadãos em geral, assim como o Conselho Municipal de Educação. Nas entrevistas com membros do Conselho, extraiu-se algumas abordagens sobre a participação social: para P1, o Conselho é um órgão deliberativo e fiscalizador que atua como uma porta de entrada para que as políticas públicas sejam implementadas de maneira organizada. Segundo ele, a participação da comunidade em geral é crucial para o desenvolvimento do conselho. Na percepção de P2, a participação social é importante para que problemas menos percebidos cheguem ao conhecimento do poder público e para que o ato de participar reforce a necessidade de melhorar a atuação, mesmo que nem todas as ações sejam implementadas.

No contexto dos Conselhos Municipais, especificamente o de Educação, P3, do Conselho Municipal de Educação, relatou que o Conselho realiza reuniões, debate temas, faz denúncias sobre situações nas escolas urbanas, rurais e indígenas, e busca solucionar os problemas em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação. A entrevistada também destacou a importância da parceria com a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) para a resolução de questões e capacitação do órgão. P4 afirmou que há uma troca mútua de informações entre o Conselho e a sociedade mauesense, resultando no fechamento de escolas que não estavam dentro dos parâmetros de funcionamento, graças à atuação do Conselho em Maués. Em relação ao Fórum Municipal de Educação de Maués, P5 e P6 relataram que há pouco interesse da sociedade em participar dos processos decisórios, mas que o ato de participar é essencial para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, fortalecendo o processo democrático.

5.2.Conferências Municipais

Outro mecanismo de participação muito importante são as conferências municipais de saúde e educação. Os Relatórios Técnicos da V, VI e VII Conferências Municipais de Saúde em Maués (UEA, 2019; UEA, 2021; UEA, 2023) apontam que a maioria dos participantes era da gestão e de trabalhadores da saúde municipal, com a presença da sociedade civil sendo pouco expressiva, representada por algumas OSCs como a Colônia de Pescadores, a Associação de Moradores de Bairro e representantes de igrejas evangélicas. Essas percepções são

corroboradas pelo pesquisador participante durante suas observações na VII Conferência Municipal de Saúde de Maués, ocorrida em 2023.

P7, conferencista da saúde em 2023, pontuou que vê o controle social como um elemento essencial nas ações de saúde, desde o planejamento até a execução e fiscalização do produto final ofertado à população. Segundo o entrevistado, que na Conferência Municipal de Saúde de 2023 em Maués representou o segmento Gestão da Saúde, procura-se respeitar a paridade prevista tanto para o Conselho Municipal quanto para a Conferência, com convites lançados diretamente às instituições e convites gerais nas rádios e demais veículos de imprensa local. Esse ponto pode ser importante para que a participação social possa ser mais forte, especialmente se os usuários do SUS compareçam mais aos eventos de tamanha importância para se discutir pautas que possam se transformar em boas propostas para a área da saúde.

O Ofício nº 025/2021 (UEA, 2021b) do NESMAU/UEA indicou um representante para participar da IV Conferência Municipal de Educação/CONAE 2022 em Maués/AM. Pelo documento, é possível verificar que a coordenação da referida conferência encaminhou convites às instituições públicas governamentais e da sociedade civil. Os relatórios técnicos da IV e V Conferências Municipais de Educação em Maués (UEA, 2021c; UEA, 2023b) demonstram que os eventos foram estruturados pela coordenação regida pelo FME e SEMED/Maués.

Para P13, entrevistado e participante da Conferência Municipal de Educação 2023, a participação da sociedade civil é crucial para que as autoridades tomem conhecimento dos anseios da população. Já na visão de P14, conferencista da educação em 2023, se não fosse pela obrigatoriedade de realização, os eventos nem sequer aconteceriam. Por isso, a entrevistada pontuou que os debates em nível municipal precisam melhorar muito, pois o interesse é fraco dentro do espaço deliberativo. Essas contribuições empíricas revelam que, se por um lado a participação social são apontadas como importantes para que as autoridades conheçam mais os problemas que a população precisa resolver, por outro lado, as próprias autoridades podem realizar atividades como conferências devido à obrigatoriedade legal de ter de acontecer e não pelo interesse de discutir com a sociedade sobre os problemas que precisam ser resolvidos.

5.3. Audiências Públicas e Indicação Geográfica de Maués.

Nas audiências públicas municipais pesquisadas, os Relatórios Técnicos das Audiências do Plano de Resíduos Sólidos, do PROSAI - Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana (UEA, 2019b; 2019c) mostraram pouca participação social e predominância dos órgãos governamentais. As atas das audiências públicas realizadas pela Prefeitura Municipal relataram

a predominância de atores sociais do Executivo e Legislativo, sem menção significativa da participação de órgãos da sociedade civil (PREFEITURA DE MAUÉS, 2019; 2020; 2022). Ainda, no que se refere à audiência pública, em convite realizado à população para apresentar os dados orçamentários do 3º quadrimestre de 2023, disponível na página oficial da Prefeitura Municipal de Maués no Facebook, foi disponibilizada a plataforma ZOOM para quem quisesse participar, mas não houve menção do espaço público onde iria ocorrer (PREFEITURA DE MAUÉS, 2024).

No grupo de Indicação Geográfica de Maués (IG do Guaraná), conforme relatos extraídos do Relatório Técnico da reunião realizada em 01.06.2023 (UEA, 2023c), descreveu-se a participação de produtores municipais de guaraná e de representantes de instituições públicas como IFAM, UEA, MAPA, SEPROR e de entidades privadas como SEBRAE e EMBRAPA. Esses relatos indicam que a participação social é foi um caminho necessário para se construir mecanismos que ajudou a IG a caminhar e obter possibilidades maiores formular, estimular e de contribuir para se implementar políticas públicas na área da produção do guaraná.

5.4.Participação de Organizações Religiosas

Nas organizações religiosas, a estrutura gira em torno de suas próprias atividades. A Fundação Beneficente Palavra Viva trabalha sempre buscando parcerias que ajudam a manter sua missão de educar crianças na educação infantil e também jovens, mulheres e idosos por meio de projetos sociais e oficinas para cidadãos necessitados. No que diz respeito à Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança, as observações durante as entrevistas evidenciaram que o trabalho e a missão desta organização perante o município são árduos e desafiadores, pois dependem muito da ajuda da sociedade, dos pais e parentes dos acolhidos e do Poder Público. Esta instituição possui três localidades, sendo que a sede e uma filial estão na zona rural e a outra na cidade, onde desenvolve produtos de panificação e produção de vassouras de garrafas PET para geração de renda, ajudando a manter os acolhidos e todo o projeto, além de um escritório nas dependências da Paróquia de Maués.

A análise dos espaços de participação social em Maués revela a importância desses mecanismos da democracia participativa e representativa na elaboração da agenda, formulação de proposta e na promoção de políticas públicas que possam ser benéficas ao município. Embora existam desafios e barreiras, os exemplos de boas práticas apontados destacam que as

melhorias podem ser significativas à medida que o engajamento e a colaboração entre governo e organizações civis funcionem.

5.5. Análise das contribuições da participação social

A começar pelos conselhos gestores pesquisados (saúde e educação) observaram-se alguns pontos como: a participação dos membros que compõem esses espaços nem sempre corresponde ao que se deseja, pois, certos membros, tanto da esfera governamental quanto da não governamental, não compreendem seu papel, ou se esquivam de atuar mais, alegando falta de tempo. Outros não têm compromentimentos e, poucas vezes ou quase nunca, participam das reuniões ordinárias e extraordinárias. Nesse sentido, Shimizu *et al.* (2013) enfatizam que a falta de articulação do conselho de saúde contribui para fragilizar o controle social.

Nessa visão, no que tange à sua abordagem sobre o papel dos Conselhos, Bordignon (2009) pontua que a mediação entre governo e sociedade precisa obedecer ao princípio do contraditório, pois há diferenças entre os dois braços do Estado (governo e sociedade), e que essas diferenças precisam ser levadas em conta, de modo que não se reduza a vontade do governo e ou a vontade da sociedade, pois ambos precisam trabalhar em consenso, de maneira que cada um reconheça seu papel. Segundo P10, conferencista da saúde em 2023, é papel do conselheiro ir às UBS e ao Hospital verificar como está o atendimento, se tem remédios para depois cobrar quando o Conselho estiver reunido. E esse pensamento do entrevistado traz a importância que um conselheiro municipal tem como representante de uma classe social, ou da instituição que representa ali, em fazer sua parte e colaborar para que se possam buscar soluções.

O Decreto Municipal Nº 096/2021 (PREFEITURA DE MAUÉS, 2021) apresenta a Composição do Fórum Municipal de Educação de Maués – FME mostrando o predomínio de órgãos municipais e estaduais e poucas organizações da sociedade civil. E ainda, o pesquisador participante, em suas observações salientou que o FME, desde sua criação, tem reunido pouquíssimas vezes, dificultando que, assim, maior participação social. Esse é um problema que pode colaborar para que o Órgão Deliberativo venha a perder sua essência e se configurar como um espaço de participação enfraquecido e pouco colaborativo.

A respeito do espaço IG do Guaraná, P19 enfatizou que uma das contribuições que a IG obteve, além do êxito da obtenção do selo IP promovido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial -INPI, também estimulou o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus/Maués a desenvolver mais pesquisas dos cursos técnicos no campo da agropecuária.

Por sua vez, a P22, da Fazenda da Esperança, enfatizou que a participação social dentro da instituição está fraca e que, necessita de mais voluntários, que possam ajudar o projeto local.

A pesquisa identificou diversos desafios importantes para a participação do cidadão nos debates e na formulação de propostas para a implementação de políticas públicas, conforme descrito no Quadro 4. Entre os principais desafios, destaca-se a necessidade de intensificar a divulgação das atividades dos Conselhos Municipais de Saúde e Educação para aumentar a participação da população. O Relatório da VII Conferência Municipal de Saúde de Maués (UEA, 2023d), por exemplo, aponta que a falta de divulgação adequada tem prejudicado a atuação do Conselho Municipal de Saúde. Para enfrentar essa questão, é essencial desenvolver estratégias de comunicação que alcancem toda a população, especialmente aqueles que residem em áreas remotas, garantindo assim um acesso mais amplo à participação social.

Quadro 4: Desafios para participação

Espaço de participação	Desafio
Relatório da VII Conferência Municipal de Saúde Maués (UEA, 2023e)	Intensificar a divulgação do Conselho Municipal de Saúde de Maués a fim de melhorar sua atuação.
Observações – nas entrevistas com conferencistas da saúde e da educação	Garantir o acesso aos cidadãos mauenses que vivem nas mais áreas remotas o direito à participação social.
Relatório da Reunião Extraordinária do Fórum Municipal de Educação em 2023(UEA, 2023f)	Aproximar a Educação Municipal da Estadual para que trabalhem mais em conjunto em prol das políticas públicas educacionais.
P11(Conferência M. Saúde) -entrevista	Estimular o cidadão a participar é o grande desafio dos espaços de participação social como é o caso do Conselho Municipal
P19(IG do Guaraná)-entrevista	Profissionais que desenvolvam Projetos na Amazônia possuam pelo menos conhecimento prévio das peculiaridades da região.

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa

Dentre os desafios que se colocam como fundamentais para a participação social, o relatório da Reunião Extraordinária do Fórum Municipal de Educação de 2023 sugere a necessidade de uma maior aproximação entre a Educação Municipal e a Estadual, promovendo um trabalho conjunto em prol das políticas educacionais. Essa colaboração interinstitucional pode fortalecer a formulação e implementação de políticas públicas, garantindo uma abordagem que possa ser mais integrada. A pesquisa também revelou que estimular a participação cidadã é um grande desafio para os espaços de participação social, como observado pelo P11 da Conferência Municipal de Saúde. A falta de conhecimento sobre as peculiaridades da região amazônica por parte dos profissionais que desenvolvem projetos na área também foi destacada como um obstáculo significativo, conforme apontado pelo P19 da Indicação Geográfica do Guaraná. Portanto, é crucial que os profissionais adquiram um conhecimento profundo sobre a região para garantir a um desempenho melhor e a relevância de seus projetos.

Além destes desafios, a pesquisa também evidenciou barreiras logísticas, sociais, econômicas e institucionais que dificultam a participação social, conforme ilustrado no Quadro 5. As barreiras logísticas incluem a dificuldade de reunir produtores de guaraná devido às características geográficas de Maués, conforme observado pelo P18 da Indicação Geográfica do Guaraná. Essa dificuldade é exacerbada pelas distâncias geográficas e as dificuldades sazonais (seca e cheia dos rios) enfrentadas pelos cidadãos que residem na zona rural do município. Tais barreiras geográficas limitam o acesso dos cidadãos das áreas mais longínquas às reuniões e eventos de participação social, necessitando de soluções criativas e adaptativas para superá-las.

Quadro 5: Barreiras para a participação

Logísticas	Sociais e Econômicas	Institucionais
P6(Fórum M. Educação), P15 e P16(Conferência M. Educação) P20, P21(F. Palavra Viva) - pouca divulgação.	P8 e P11(Conferência M. Saúde) “Pouco interesse dos cidadãos pelos temas sobre a saúde”	Observações (Conselhos gestores-Saúde e Educação) - não possui prédio próprio para funcionamento e realização as reuniões mensais.
P18(IG Guaraná) - dificuldade de reunir com os produtores de guaraná devido as características geográficas de Maués.	P1(Conselho M. Saúde) “as pessoas que mais necessitam do SUS são as pessoas que estão mais distantes da gente”	Atas de Audiências Públicas Municipais (PREFEITURA DE MAUÉS, 2019b; 2020b e 2022b) revelam pouca ou não participação da sociedade civil.
Observações- (IG, Conf. Educação e Conselhos Municipais) e P12(Conf. M. Educação) distâncias geográficas e dificuldades sazonais (seca e cheia dos rios) dos cidadãos que residem na Zona Rural em participar.	P4(Conselho M. Educação) - Os cidadãos cruzam os braços diante e esperam o Poder Público fazer as políticas públicas e não acompanham a execução.	
	P9(Conf.M.Saúde) - existem bons projetos e programas no SUS os quais os usuários não procuram, não têm tempo para a saúde.	

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

No âmbito social e econômico, a pesquisa destacou a insuficiente divulgação e o desinteresse dos cidadãos pelos temas discutidos nas conferências de saúde, conforme observado pelos participantes P8 e P11, entrevistados da Conferência Municipal de Saúde. Esse desinteresse pode ser atribuído à falta de conscientização sobre a importância da participação social e ao baixo nível de engajamento comunitário. Para mitigar essa barreira, é necessário investir em campanhas de conscientização e educação que enfatizem a importância da participação cidadã nos processos decisórios das políticas públicas.

As barreiras institucionais incluem a falta de infraestrutura adequada para o funcionamento dos conselhos gestores de Saúde e Educação, que não possuem prédios próprios

para realizar suas reuniões mensais, conforme observado nas atas de audiências públicas municipais de Maués. Essa falta de infraestrutura adequada compromete a eficácia das reuniões e limita a capacidade dos conselhos de exercerem suas funções de maneira eficiente. A pesquisa também apontou que a falta de compreensão dos conselheiros em relação a seus papéis dentro do órgão e a alegação de falta de tempo para as atividades são problemas recorrentes que podem culminar com o enfraquecimento da atuação desses conselhos.

Apesar dos desafios e barreiras, foram identificadas várias boas práticas e exemplos de sucesso que demonstram a importância que a participação social pode ter dentro das etapas das políticas públicas em Maués, especialmente contribuindo para sua implementação. O Quadro 6 apresenta alguns desses exemplos, destacando iniciativas como a capacitação dos conselheiros municipais de saúde, a realização de pré-conferências municipais de saúde em comunidades polo da zona rural e a obtenção do selo de Indicação Geográfica para o guaraná de Maués através de parcerias com diversas instituições.

Quadro 6: Exemplos de contribuições da participação social

Espaço pesquisado e técnica utilizada	Descrição de iniciativas e ou exemplos de políticas públicas
P7(Conselho Munic., Saúde)-entrevista	Capacitação dos Conselheiros Municipais
Relatório Reunião Fórum M. Educação(UEA, 2023g)	Processos Seletivos para contratação de gestores de escolas municipais e estaduais de Maués foram frutos das Conferências Municipais.
P11(Conf. Munic. Saúde)entrevista	Realização Pré-Conferências Municipais de Saúde em Maués nas Comunidades Polo da Zona Rural.
P17(IG Maués) -entrevista	A IG Maués foi obtida através da parceria das diversas instituições como o SEBRAE, o Ministério da Agricultura e Pesca (MAPA), dos diversos outros parceiros e do Poder Público.

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

A capacitação dos conselheiros municipais de saúde é uma prática exemplar que fortalece a capacidade dos conselheiros de desempenharem suas funções de maneira mais convincente, promovendo uma gestão mais informada e competente. Os processos seletivos para a contratação de gestores escolares, apontados no Relatório do Fórum Municipal podem não ser ideais, mas já indicam uma mudança na escolha de pessoas capacitadas para tais cargos, desde que sejam processos justos e técnicos. O conferencista municipal de saúde em 203, relatou que as pré-conferências municipais de saúde, realizadas em comunidades polo da zona rural, são uma iniciativa que garante a inclusão e participação das comunidades mais distantes, ampliando o alcance das discussões. Essa alternativa se demonstrou como positiva para a participação social e seu poder de influência.

Outro exemplo significativo é a obtenção do selo de Indicação Geográfica para o guaraná de Maués, que foi alcançada através de uma colaboração entre diversas instituições, como o SEBRAE, o Ministério da Agricultura e Pesca (MAPA) e outros parceiros. Essa conquista não só valoriza o produto local, mas também fortalece a economia regional e promove a identidade cultural de Maués.

Os resultados da pesquisa foram comparados com a literatura existente, permitindo reflexões sobre as convergências e divergências encontradas. Por exemplo, a pesquisa confirma a importância dos conselhos municipais como portas de entrada para as políticas públicas, alinhando-se com a literatura que enfatiza o papel crucial desses conselhos na construção de políticas públicas (ROCHA, 2021). Além disso, a participação social foi identificada como um fator que reforça a necessidade de melhorar a atuação dos conselhos, em consonância com estudos que destacam a participação social como um elemento essencial para a construção de políticas públicas eficazes (DE OLIVEIRA et al., 2020; MARTINS et al., 2020).

No entanto, a pesquisa também revelou divergências, como a percepção de que, sem a obrigatoriedade de realização, as conferências municipais de educação não ocorreriam, contrastando com a visão de que essas conferências são espaços democráticos de discussão de políticas públicas (TEIXEIRA et al., 2012). Além disso, a predominância de atores governamentais nas audiências públicas pesquisadas e a ausência total da sociedade civil em algumas delas desafia a literatura que defende a participação eficaz da sociedade civil nas audiências públicas (SOARES, 2002).

Quadro 7: Comparações dos principais resultados com a literatura

Resultados Encontrados	Convergência com a literatura	Divergência com a literatura
O Conselho é uma porta de Entrada para as políticas públicas. (P1, Conselho m. Saúde) – entrevista	Os Conselhos municipais exercem papel importante nas políticas públicas (Rocha, 2021)	-
O ato de participar reforça a necessidade de melhorar a atuação. (P2, Conselho M. Saúde) Entrevista	A Participação Social ajuda na construção de políticas públicas (De Oliveira et al, 2020; Martins et al, 2020)	-
A participação social permite a construção de uma gestão transparente eficiente e comprometida com interesse público (P12, Conf. M. Educação) - entrevista	O cidadão, neste ato, se encarrega de fiscalizar, de cobrar que os recursos investidos venham, de fato, ao encontro de seus interesses e da sociedade em geral. (De Oliveira <i>et al</i> , 2020).	-
Se não fosse a obrigatoriedade de realizar as Conferências Municipais de Educação nem sequer aconteceriam (P14, Conf. Munic. Educação) - entrevista	-	Os Conferências Municipais são espaços democráticos de discussão de políticas

		públicas (Teixeira et al, 2012)
Predomínio de atores governamentais nas audiências públicas pesquisadas e em algumas delas ausência total da sociedade civil (Relatórios Técnicos e Atas Públicas-UEA, 2019d/ PREFEITURA DE MAUÉS, 2019c, 2020b,2022c, 2024b)	Algumas audiências ocorrem sem a interação do meio social (Soares, 2002)	As audiências devem ocorrer com a participação eficaz da sociedade (Soares, 2002)
Maior parte dos cidadãos presentes nas Conferências Municipais de Saúde eram membros da gestão e trabalhadores da saúde (Relatórios Técnicos da V, VI e VII Conf. Munic. Saúde- UEA 2019e, 2021d e 2023h)	A baixa representatividade dos membros da sociedade civil se configura como empecilho para o exercício de poder dos Conselhos (Sales, 2009)	
Falta de compreensão dos papéis de cada conselheiro; alegação de falta de tempo para as atividades, esquivam-se de seus papéis de atuar pelo coletivo, representando bem os anseios (Observações- Conselhos Gestores: Saúde e Educação)		Os Conselhos se parecem a órgãos de Estado quando assumem postura que expressa a vontade do coletivo (Bordignon, 2009)
O Fórum Municipal de Educação de Maués é um órgão que raramente se reúne, embora seja de caráter permanente (Observações – Fórum Munic. Educação)		Os Fóruns Municipais são espaços para a gestão educacional levantar debates, acompanhar e avaliar como as políticas públicas educacionais estão sendo executadas (Aquino, 2022)
Pouco interesse da sociedade civil em participar de processos decisórios das políticas públicas municipais. (P5 e P6, Fórum Munic. Educação) -entrevista		A participação social envolve a tomada de decisão na interação e a democratização das relações públicas (Gonçalves et al, 2022)

Fonte: Próprio Autor/Resultados da Pesquisa.

O quadro 8 apresenta as recomendações dos participantes da pesquisa com destaque para a criação de um Conselho Municipal dos Estudantes, a sensibilização das comunidades e instituições para participarem nos movimentos sociais de saúde pública. Em relação à criação do Conselho Municipal dos Estudantes, que foi proposto por uma professora da rede estadual, é importante lembrar que as escolas públicas já possuem seus conselhos internos; logo, seria importante incentivar a criação de novos grêmios estudantis nas escolas para que os estudantes possam ter seus anseios bem melhor representados. Outra proposta foi a implementação de atividades do Conselho da Saúde Itinerante em diferentes espaços públicos visa despertar maior interesse social e engajamento comunitário.

Quadro 8: Propostas de melhoria da Participação

Espaço	Propostas
Relatório Reunião Fórum M. Educação(UEA, 2023i)	Criação de um Conselho Municipal dos Estudantes para Maués
Relatório VII Conf. M. Saúde (UEA, 2023j)	Sensibilizar a participação das comunidades e instituições nos Movimentos sociais para melhoria da saúde pública e garantia de orçamento para o Conselho Municipal de Saúde de Maués
P1(Conselho M. Saúde) -entrevista	Conselho Itinerante - realizar as atividades em diferentes espaços públicos para despertar mais interesse social
P20(F. Palavra Viva)	Divulgar mais os eventos públicos para que tenham mais eficácia.

Fonte: Próprio Autor/Resultados da Pesquisa

6. Considerações Finais

Este trabalho apresentou uma análise de como a participação social pode contribuir na promoção das políticas públicas e na governança pública municipal no município de Maués – Amazonas. A partir das abordagens empíricas e teóricas, constatou-se a participação no município ainda é incipiente, considerando os mecanismos de participação e os resultados demonstrados. Apesar disso, os conselhos gestores, as conferências de saúde e educação, e o Fórum Municipal de Educação mostraram que podem dar boas contribuições para a implementação de políticas públicas. Exemplos notáveis incluem a realização de pré-conferências e a organização de processos seletivos para gestores escolares, como iniciativas que podem gerar maiores avanços. Assim, tais exemplos destacam a capacidade desses espaços de promover boas mudanças na gestão pública. No entanto, as audiências públicas mencionadas passam por desafios, como a baixa participação dos cidadãos, conforme apontam relatórios estudados, fator que pode comprometer caráter democrático e representativo dos eventos.

A Associação da Indicação Geográfica de Maués (IG do Guaraná) trouxe à tona a importância do selo de Indicação Geográfica para o guaraná, principal produto da economia local. A pesquisa sobre a IG mostrou que o cooperativismo pode ser benéfico da participação social, além de todo o trabalho em torno da Associação provocou um estímulo a pesquisas nos cursos de agropecuária no IFAM/Campus Maués. E em relação às organizações religiosas com interesse coletivo estas se mostraram como instituições capazes de contribuir de modo positivo, promovendo a formação educacional infantil, oficinas e cursos profissionalizantes, e a recuperação terapêutica de jovens e adultos dependentes químicos. Essas atividades demonstram a importância dessas organizações na promoção de políticas públicas e na reinserção social.

Os resultados da pesquisa corroboram parcialmente com a literatura vigente, ao mesmo tempo em que revelam novas perspectivas sobre a atuação dos órgãos investigados em áreas

como saúde, educação, finanças, meio ambiente, produção do guaraná e reinserção social. A pesquisa mostrou que, apesar das dificuldades, a participação social pode estimular boas práticas de governança pública. No entanto, a efetividade dessa participação ainda precisa ser aprimorada.

Entre as limitações deste trabalho, por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa do estudo, sempre se corre os riscos de se obter interpretações predominantemente subjetivas, e também porque não há como mensurar detalhadamente as contribuições em termos de políticas públicas em uma análise qualitativa. No entanto, a inserção da triangulação de dados foi fundamental para minimizar a subjetividade do pesquisador. Além disso, a literatura sobre a participação social em municípios amazônicos é escassa, refletindo a complexidade e as peculiaridades regionais que desafiam a governança pública. Sugere-se que futuras pesquisas abordem temáticas ainda não exploradas, com o objetivo de melhorar as condições de participação social. O papel da sociedade civil organizada na governança pública deve ser um exercício contínuo de reflexão e inovação, adaptando-se às realidades locais.

Este trabalho buscou contribuir para a exploração de um tema de interesse social, voltado para a complexa realidade regional amazônica. A participação social, como elemento fundamental para a promoção de políticas públicas, deve ser continuamente fortalecida para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades na governança pública municipal. Para concluir, é imperativo reconhecer que a participação social não é apenas um direito, mas uma força motriz essencial para a construção de uma governança pública mais inclusiva. Em regiões tão complexas e desafiadoras como a Amazônia, a mobilização ativa dos cidadãos e a colaboração entre governo, organizações civis e entidades privadas são cruciais para enfrentar as particularidades locais e promover um desenvolvimento sustentável. Este trabalho não só evidencia a importância dessa interação, mas também lança luz sobre a necessidade urgente de fortalecer e ampliar os mecanismos de participação social. Somente assim é possível avançar rumo a uma sociedade mais justa, democrática e resiliente, onde as vozes de todos sejam ouvidas e valorizadas.

Referências

- ABERS,R.; KECK, M. Representando a diversidade: Estado, sociedade e relações fecundas nos conselhos gestores. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, Jan./Abr. 2008.
- ALMEIDA, D. R. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 96-117.

ANELLI, F. R.; BRASIL, F. P. D. Democracia e participação social: fóruns regionais de governo de Minas Gerais (2015-2018). **Caderno de Administração**, v. 29, n. 2, p. 58-79, 2021.

AQUINO, Raquel. PARTICIPAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOURADOS NA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: participação do Fórum Municipal de Educação de Dourados na Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação [recurso eletrônico] / Raquel Blanco Aquino. -- 2022. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>. Acesso em 17/07/2024.

AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, p. 383-398, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Jonas Nogueira; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Capítulo 15. Espaço de ação pública, participação e construção de política pública de mobilidade urbana na Amazônia paraense: experiência e aprendizagens. In: **Uma Nova Democracia para o século XXI?** Joaquim Brugué Torruela, Simone Martins e Carmen Pineda Nebot-Organizadores- Viçosa MG: S. Martins, 2020.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: Sistema, Conselho e Plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL, Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Brasília, DF, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & CUNILL-GRAU, Nuria. "Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal", in L. C. Bresser-Pereira e N. Cunill-Grau (orgs.), **O público não-estatal na reforma do Estado**, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas/CLAD, 1999.

BULLA, L. C.; LEAL, M. L. M. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 3, n. 1, 2006.

CARVALHO, André Cutrim; COSTA, Guilherme da Rocha Bezerra; CARVALHO, David Ferreira. Relações Estado-Sociedade e ações de governabilidade, governança e accountability como desafios contemporâneos à democracia no Brasil. **Conjecturas**, v. 22, n. 2, p. 59-75, 2022.

DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. 2ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAGNINO, E., & TEIXEIRA, A. C. C. The participation of civil society in Lula's government. **Journal of Politics in Latin America**, 6(3), 39-66, 2014.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Tradução Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DE MARCHI, Julia; PINHEIRO, Daniel Moraes; PAGANI, Camila. O papel das Associações Comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DE OLIVEIRA, Sílvia Letícia Abreu; DE ARAÚJO, Fábio Resende; COSTA, Maria Teresa Pires. Análise da atuação das ouvidorias públicas das instituições federais de ensino como instrumentos de participação social. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 17, n. ESPECIAL, p. 292-312, 2020.

FERRAREZI, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista Do Serviço Público**, 54(4), p. 7-22. <https://doi.org/10.21874/rsp.v54i4.273>, 2014.

FERNANDES, A. S. A. A comunidade cívica em Walter e Putnam. **Lua Nova: Revista De Cultura E Política**, (51), 71–96, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000300006>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOHN, M. DA G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4^a. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2011. v. 32

GONÇALVES, A. O., GONÇALVES, R. D. S., LUSTOSA, P. R. B., & CELESTINO, E. C. Da Secretaria de Saúde ao Conselho: análise de relatórios de prestação de contas com base nas características qualitativas da informação contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 4(8), 92-111, 2010. <https://doi.org/10.11606/rco.v4i8.34760>.

GONÇALVES, R. S.; BORGES, T. J. G.; GONÇALVES, A. O. Governança pública, evidenciação e amplitude de participação social em conselhos de saúde. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 10, n. 1, p. 36-51, 2022.

HÄIKIÖ, L. From innovation to convention: legitimate citizen participation in local governance. **Local Government Studies**, 38(4), 415-435, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Censo Brasileiro de 2010. Disponível em: Acesso em: 29 abr.2022.

_____. Censo Demográfico 2022.. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> > Acesso em:04.ago.2024.

LICÓRIO, A. M. O.; PEREIRA, R. S.; DUARTE, D. A. A participação cidadã em conselhos gestores e os efeitos no desenvolvimento regional. **Revista Administração em Diálogo**, v. 25, n. 3, p. 0-0, 2023.

LOPES, E.F.B. Participação Social e Controle Social Dentro do Contexto do Estado Democrático de Direito. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 196-Ano XXIII- maio/2020

MARCONI, Marina. A; LAKATOS, Eva. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. - 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- MARTINS, S.; CKAGNAZAROFF, I. B.; BRUGUÉ, J. T.; MARTINS, M. F. Configuração da Participação Social no Conselho Municipal de Saúde da Cidade de Belo Horizonte. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 2, p. 44-59, 2020.
- MEDEIROS, Jássio Pereira de; BORGES, Djalma Freire. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 63-81, 2007.
- MESQUITA, T. S.; AZEVEDO, R. R. Fóruns de accountability síncrona: a dinâmica interna das audiências públicas orçamentárias. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 6, p. 799-822, 2022.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista De Administração Pública**, 42(3), 551–579, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>
- MEDEIROS, Jássio Pereira de; BORGES, Djalma Freire. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 63-81, 2007.
- MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. A participação cidadã como um dos princípios de Governo Aberto. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28, p. e84867, 2022.
- PAULA, A. P. P.; PALASSI, M. P.; SILVEIRA, R. Z. Políticas Públicas, Neoliberalismo e Participação Social: Transições e Dilemas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 85, p. 1-18, 2021.
- PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela; AVRITZER, Leonardo. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, MG, p. 16-41, 2005.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- RAICHELIS, Raquel *et al.* Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 73-87, 2006
- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, 21, 35-49, 2003.
- REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) nº 2454, 2018. **Primeiro registro de IG de 2018 é concedido para o Guaraná de Maués, no Amazonas**, 2018. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>
- REZENDE, R. B., & GONÇALVES, R. S. (2016). Processo de Prestação de Contas e Controle Social por meio de Pesquisa Participante: Uma Análise do Conselho Municipal de Saúde de Anápolis/Go. In: XVI Congresso USP: Controladoria e Contabilidade, 16, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2016. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4695> Acesso em: 09 fevereiro 2022.
- ROCHA, Maria de Fátima Silva da. CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: UM CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 8, 2021.

SALES, Ivandro da Costa. Caderno 1: O contexto de atuação, Natureza e Organização dos Conselhos Municipais de Educação. In: Concepção, Estrutura e Funcionamento: Caderno 1- O Conselho de atuação, natureza e organização dos Conselhos Municipais de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANCHEZ, C.; MARCHIORI, P. Participação Popular no Contexto das Iniciativas de Governo Aberto: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 2, p. 103-118, 2017.

SHIMIZU, Helena Eri et al. Representações sociais dos conselheiros municipais acerca do controle social em saúde no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2275-2284, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2013.v18n8/2275-2284/pt>. Acesso em 18/06/2024.

SILVA, Alan Faria Andrade. Organização religiosa e associações sem fins lucrativos com inspiração religiosa bases da constituição da sociedade civil. **Direitos Democráticos & Estado Moderno**, v. 1, n. 7, p. 68-82, 2023.

SILVA, J. M. C. DA. **Controle social das políticas públicas no Brasil: caminho para uma efetiva democracia**. Fortaleza/Ceará: Universidade de Fortaleza, 2010.

SOARES, E. A audiência pública no processo administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, n. 229, p. 259-283, 2002.

TEIXEIRA, A. C. C.; SOUZA, C. H. L.; LIMA, P. P. F. **Conselhos e Conferências Nacionais: o que são, quantos existem e para que servem**. 2012. Eixo Fortalecimento da democracia participativa: Plataforma pela Reforma do Sistema Político. Disponível em: <<https://reformapolitica.org.br/2012/11/26/conselhos-e-conferencias-nacionais-o-que-sao-quantos-existem-e-para-que-servem/>>. Acesso em: 27 de abr. 2022.

TRICAUD, Solène; PINTON, Florence; PEREIRA, Henrique dos Santos. Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana* Kunth var. *sorbilis*) do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 33-53, 2016.

Apêndice

Documentos Analisados

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Indicação Geográfica de Maués (IG do Guaraná)			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
IP do selo do Guaraná (IG do Guaraná)	EMBRAPA	Artigo (Site Institucional)	2018
Cerimônia pelo Registro da IG	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social)	2018
Reunião da IG do Guaraná/ Maués	UEA	Relatório Técnico/(Físico)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Audiências Públicas Municipais			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Audiência - Plano de Resíduos Sólidos do Município de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência -Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência-Avaliação e Cumprimentos de Metas Fiscais 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Convite à População- 25.10.2019 (Site Institucional)	2019
6ª Audiência sobre o Orçamento- 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência) 05.10.2019	2019
8ª Audiência Pública Municipal sobre Orçamento- 3º Quadrimestre/2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2020
Audiência sobre Orçamento- 3º Quadrimestre 2021	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2022
Audiência Pública Municipal sobre o Orçamento- 3º Quadrimestre 2023	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social- Portal Institucional)	2024
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Conferências Municipais			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
V Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de delegado (físico)	2019
VI Conferência Municipal de Saúde	Prefeitura de maués	Decreto Municipal Nº 088 (Portal da Transparência Municipal)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado (físico)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. de Saúde /SEMSA	Convite (formato físico recebido pelo NESMAU-UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder – Programação (Formato Físico- NESMAU/UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Ofício Institucional nº 025/2021- (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Relatório Técnico de Participação (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder 4ª Conferência Municipal de Educação (físico)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. Saúde/SEMSA	Ficha de Inscrição como Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2023
V Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2024	UEA	Relatório Técnico-participante (formato físico – Institucional)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Fórum Municipal de Educação-FME			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Fórum Municipal de Educação (FME)	Prefeitura de Maués	Decreto Municipal Nº 096(Portal da Transparência Municipal)	2021
Fórum Municipal de Educação (FME)	UEA	Ofício Nº 111/2023-UEA(2023) - (Formato Físico-institucional)	2023
Reunião Extraordinária Fórum Municipal de Educação - FME	UEA	Relatório- Reunião Extraordinária FME- 20.10.2023 (formato físico- institucional)	2023
Composição Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	Prefeitura de Maués	Decret. Municipal nº 093/(12/11/2021) (Portal da Transparência Municipal)	2021

Fonte: Elaborado pelo Autor

ARTIGO 2: Governança Pública: Uma Análise das Contribuições e desafios da participação social na Amazônia.

Resumo: Este artigo investigou a contribuição das organizações sociais para a governança pública no Município de Maués. A pesquisa foi orientada pela seguinte questão: A democratização das relações entre governo e sociedade contribui para o fortalecimento da governança pública? O objetivo central foi analisar como a democratização das relações entre o governo e a sociedade civil organizada pode ser um elemento essencial na construção e fortalecimento da governança pública no município. Metodologicamente, o estudo utilizou uma abordagem qualitativa, com técnicas de coleta de dados que incluíram pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Os resultados indicaram que, embora as organizações sociais exerçam uma influência positiva na governança pública de Maués, há ainda uma necessidade significativa de aprimorar sua atuação para alcançar avanços mais substanciais. Esta influência positiva se dá pelo fato de que a participação das instituições públicas e privadas nas relações democráticas em Maués se revela com um caminho necessário para o fortalecimento a governança pública local.

Palavras-chave: Governança Pública. Participação. Organizações Sociais.

1. Introdução

O presente artigo procura evidenciar como a participação das organizações sociais tem influenciado a governança pública no município de Maués, escolhido como o universo desta pesquisa. A delimitação desta temática está ligada ao fato de Maués ser um município estratégico do ponto de vista geográfico, cultural, social e econômico entre os sessenta e dois municípios do Amazonas, situado na Região Norte do Brasil e integrado ao complexo bioma amazônico. Este contexto peculiar torna relevante a discussão sobre a democratização das relações entre governo e sociedade civil organizada em um município amazônico.

Apesar de seus desafios geográficos e sazonais, Maués se destaca economicamente pela produção de guaraná, um produto que possui Indicação Geográfica (IG) reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O selo obtido pelo guaraná de Maués em 2018 é mais do que uma certificação de qualidade; ele reforça a identidade cultural e econômica do município, evidenciando sua importância no cenário nacional e internacional. Esse reconhecimento coloca Maués em uma posição de destaque, onde a preservação do bioma amazônico e o desenvolvimento econômico devem coexistir, harmoniosamente. Deste modo, discutir governança pública, neste contexto, requer uma reflexão profunda sobre como ela se constrói e o que é necessário para seu aprimoramento. Segundo Bresser Pereira (1998), governança pública é a capacidade financeira e administrativa que um governo tem de implementar políticas. Já Peters (2013) ressalta que a governança deve ser voltada para a

resolução dos problemas de ordem pública, especialmente os de cunho social, de forma ágil e decisiva. A participação das organizações sociais junto às instituições públicas é, portanto, fundamental nos espaços de participação e de organizações privadas sem fins lucrativos, que têm a missão de atuar em áreas específicas. Matias-Pereira (2010) enfatiza que a administração pública precisa se estruturar melhor para uma atuação positiva e eficiente.

Assim, a governança pública em Maués deve ser compreendida em sua totalidade, considerando os desafios impostos pelas particularidades regionais, como fatores sazonais e as características geográficas que afetam tanto a mobilidade quanto a comunicação. Além disso, é imperativo refletir sobre como a governança pode ser aprimorada para melhor responder às necessidades locais, especialmente em um ambiente onde a preservação do bioma e o desenvolvimento econômico devem coexistir de maneira harmoniosa.

Esta pesquisa se desenvolveu no lócus escolhido, procurando responder à seguinte pergunta: A democratização das relações entre governo e sociedade contribui para o fortalecimento da governança pública? Como objetivo geral, o presente estudo busca analisar a democratização das relações entre governo e sociedade civil organizada local pode ser um elemento essencial na construção da governança pública no município.

As contribuições deste estudo estão relacionadas à melhoria da participação e engajamento das instituições nos processos discursórios das políticas públicas, facilitando a governança pública. Nesse sentido, Teodósio e Resende (2014) expõem que o estabelecimento de parcerias entre governo e organizações sociais configura-se como um processo amplo de gestão das políticas públicas e de democratização, culminando em bons resultados para o exercício e a participação cidadã. Em termos de operacionalização, o presente trabalho foi organizado a partir das seguintes seções: Introdução, Referencial Teórico (com os subtópicos Governança Pública e Relação entre Governança e Participação Social), Metodologia, Resultados e Discussão, e, por último, as Considerações Finais.

2. Governança pública

Em relação à governança pública, primeiramente é preciso compreender o que significa. Deste modo, no ponto de vista de Paludo (2020) a governança pública está relacionada à capacidade de governar, no sentido de articulação para implementar políticas públicas que sejam capazes de atender aos anseios de seus aos representados, a sociedade/os cidadãos, à administração pública e ao próprio governo, primando pelo equilíbrio da agenda pública. Nesse sentido, governança se configura como um meio importante na medida em que visa encurtar a

distância entre governo e sociedade, de modo que esta a quem se destinam os produtos ofertados se ponha numa posição atuante diante do governo. (NETO et al., 2019).

Esse conceito novo fundamenta o papel que a sociedade civil tem a exercer no que tange o cenário atual da elaboração, da implementação de políticas públicas no debate de temas que são de tamanha importância para o benefício da coletividade. Nesse enfoque, Cavalcante (2017) explicita que os estudos atuais sobre a gestão pública apontam que a governança tem se tornado o aspecto mais evidente na administração pública, marcado pelo foco na cidadania, que tem a prerrogativa de exercer a parceria na formulação de políticas públicas junto ao governo de diversas maneiras, dentre as quais as funções de determinados órgãos, como associações, fundações, igrejas e outras que podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico de um determinado local, região ou nação.

Desse modo se pode entender que a governança pública se torna cada vez um fator relevante para a administração pública moderna, pois aponta para uma postura que se faz essencial na resolução das problemáticas que interessam às classes sociais, e que consegue dar ao governo uma situação favorável frente aos desafios da agenda pública. Para isto é necessário que se construa uma relação entre o governo e a sociedade civil. Nesse sentido, com a nova dinâmica da governança o poder público estaria condicionado a estabelecer negociação de suas propostas com distintos grupos sociais, e não apenas àqueles que possuem voz mais atuante ou predominante diante do governo face aos outros, mas incluir a todos os demais agentes, dando atenção também aos seus anseios (BANTIM *et al.*, 2020). Ademais, a governança é aqui entendida como um mecanismo que necessita responder às demandas sociais, tendo como marca a descentralização em prol de uma política mais participativa.

3. Relação entre governança pública e participação social

O fortalecimento da gestão democrática se faz necessário na relação que se dá entre o governo e sociedade visto que a democracia cidadã não deve ser desempenhada apenas no contexto do voto, quando o eleitor exerce sua cidadania na escolha de representantes do Poder Executivo e Legislativo, mas ir, além disso. É neste sentido que “a categoria relaciona-se à democratização, pois é instrumento conceitual e estratégico, lugar em que se situam os movimentos sociais e as lutas de classe, raça e gênero, organizadas no campo da cultura e da política”. (MARTINS, 2022, p. 201).

Desse modo, esses mecanismos tornam-se relevantes para o processo de construção de políticas públicas, na medida em que há envolvimento de sujeitos plurais na busca de que

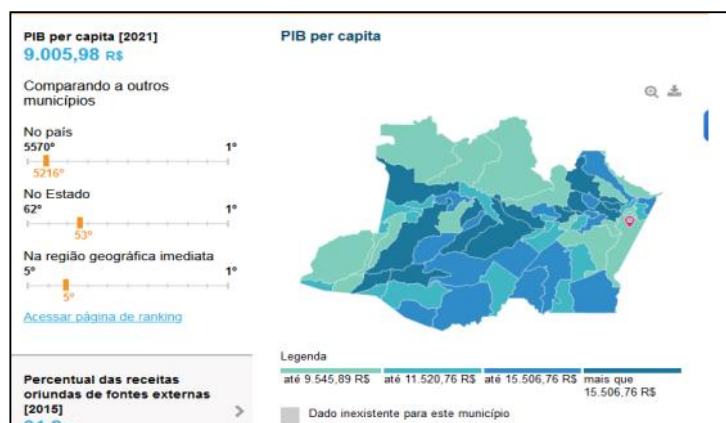
possam prevalecer os direitos sociais. Indo por essa lógica: “As parcerias entre governos e organizações da sociedade civil podem garantir a democratização das políticas públicas e ainda amplificar os impactos das políticas públicas em atuações locais”. (TEODOSIO e RESENDE, 2020, p. 186).

Assim, todas as articulações que envolvam o governo e sociedade civil precisam estar pautadas na gestão democrática, elemento principal no processo de descentralização das políticas públicas. Por outro lado, para o entendimento de Gómez (2000) e para Tenório (1999) muitas organizações da sociedade civil correm riscos de se tornarem entidades privadas com viés de terceirização dos serviços e execução de políticas desvinculadas do Estado, pois haveria uma descaracterização do papel cidadão, que têm como especialidades a articulação democrática e emancipatória no processo de discussão das políticas públicas junto ao governo. Para tanto, é imprescindível refletir que a ampliação de espaços de discussão deve ser pensada com cautela, uma vez que são vistas na atualidade como o caminho para promoção emancipatória e democrática. E essas relações são tomadas com vistas à defesa do interesse público, quando não se pode esquecer o papel do Estado como regulador dos processos de discussão e tomada de decisão e a valorização das instituições públicas em seus papéis previstos na Constituição (TEODÓSIO e RESENDE, 2020).

4. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho foi realizado por meio da observação de diversos espaços que compreendem as organizações públicas e sociais no Município de Maués, no Amazonas. Nesse contexto, foram analisadas as organizações religiosas Fundação Beneficente Palavra Viva e a Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança Nossa Senhora da Piedade, os Conselhos Gestores locais (Saúde e Educação), o Fórum Municipal de Educação de Maués, Algumas Conferências Municipais (Saúde e Educação), algumas audiências públicas municipais e a Associação da Indicação Geográfica de Maués que se trata de uma associação de produtores de guaraná, que representa a principal atividade econômica do município. A associação atua desde 2008, com o objetivo primário de obter o selo de Indicação de Procedência (IP), o qual foi alcançado em 16 de janeiro de 2018, reconhecido pelo INPI (EMBRAPA, 2018). Além disso, a associação colabora com cooperativas, associações e produtores individuais, em parceria com instituições como o MAPA, SEBRAE, EMBRAPA, Universidade do Estado do Amazonas e IFAM/Campus Maués, formando o Conselho Regulador (REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) nº 2454, 2018).

Figura 1: PIB per capita do Município de Maués em 2021



Fonte: IBGE 2021.

Na Figura 1, observou-se que o Município de Maués, que é o universo desta pesquisa, possui uma área de 39.991,066 km² e uma população de 61.204 habitantes, conforme dados do IBGE (2022). O PIB per capita de Maués em 2021 foi de R\$ 9.105,98 (IBGE, 2021), posicionando o município em 53º lugar entre os 62 municípios do Amazonas e em 5216º lugar entre os 5570 municípios do país. Considerando que o município pertence ao bioma amazônico que tem peculiaridades específicas a presente pesquisa propôs observar a participação das organizações sociais e seu poder de influência na governança pública local.

Em termos operacionais a pesquisa seguiu uma abordagem de cunho qualitativo e descritivo através de intervenções sobre os órgãos/espacos de participação social que englobam a pesquisa (GIL, 2002). Os espacos e órgãos pesquisados envolveram algumas áreas como educação, saúde, meio ambiente e outras dentro do Município de Maués. O estudo focou na literatura dos últimos cinco anos e na análise de documentos consultados a partir de 2018, além de observações feitas durante eventos realizados em 2023 e no período das entrevistas semiestruturadas, realizadas com a aprovação do Comitê de Ética na Pesquisa (CEP/UFV). Vale destacar que o pesquisador participou ativamente das conferências municipais de saúde e educação abordadas, é membro do Fórum Municipal de Educação, faz parte do Conselho Regulador da IG do Guaraná e esteve presente na Audiência Pública Municipal do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de 2019, em Maués. Com base nesse contexto, o trabalho foi desenvolvido utilizando como fontes de dados a pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas; e observações diretas.

A **pesquisa bibliográfica** recorreu à literatura disponível em um acervo de biblioteca setorial local e em sites de pesquisa na internet como SCIELO, SPELL ANPAD e GOOGLE ACADÊMICO. Para Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica envolve todas as

publicações que tem relevância para a temática e tem a missão de corroborar ou refutar as hipóteses levantadas na pesquisa. Por sua vez, a **pesquisa documental** trouxe elementos descritos em leis, decretos e outros dados relativos à temática, disponíveis nos sites institucionais como Portal da Transparência do Município de Maués, e de acesso outros documentos locais, como Relatórios das Conferências, de Fóruns, de Audiências Públicas e outros eventos, Os documentos selecionados foram organizados em um quadro (Apêndice).

Quadro 1: Perfil dos membros entrevistados

Cód.	Espaço de participação	Segmento	Atuação Profissional/Social
P1	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Sindicato
P2	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Associação
P3	Conselho Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P4	Conselho Municipal de Educação de Maués	Sociedade Civil	Organiz. Religiosa
P5	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P6	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P7	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo- Gestão	Saúde
P8	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Saúde
P9	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo Trabalhadores da Saúde	Saúde
P10	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Pesca
P11	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Organiz. Religiosa
P12	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P13	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P14	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação Federal
P15	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P16	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P17	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P18	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P19	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Governo	Educação Profissional Servidor Federal
P20	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P21	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P22	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social
P23	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social

Fonte: Elaborado pelo autor.

As **entrevistas semiestruturadas**, foram realizadas com alguns segmentos da sociedade civil organizada de Maués e das instituições governamentais pesquisadas. Neste tipo de entrevista há possibilidades de se extrair informações relevantes que contribuem

substancialmente para uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2014). Desse modo, para identificar cada entrevistado, de acordo com o espaço a que pertence, os participantes receberam identificações pelos códigos P1 a P23(participantes 1 a 23), conforme o Comitê de Ética na Pesquisa – CEP/UFV. Deste modo, de um total de 27 entrevistas (TCLE, apêndice A), foram realizadas apenas um total de 23.

A aplicação do roteiro de entrevista (anexo 1), se deu através de entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas, direcionadas aos grupos/espacos de participação selecionados, utilizando-se de gravações ou de anotações escritas. E para se respaldar cada participante recebeu e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa - UFV/ MG (anexo 2). Após a coleção dados e transcrição literal das falas, foi selecionado o que mais interessou à pesquisa, para extração das inferências. Na seção Resultados e Discussão o pesquisador utilizou códigos (de P1 a P23, correspondente aos participantes 1 a 23, para identificar cada entrevistado. Exemplo: P1 (Conselho M. Saúde). As distribuições dos códigos foram organizadas conforme quadro 1, acima.

Outra técnica de coleta de dados foram as **observações diretas** com os membros que compõem os diversos segmentos da sociedade. A observação é uma técnica de coleta que é interessante na medida que pode realizar registros e impressões no contato com as pessoas a serem observadas que podem contribuir para a compreensão do fenômeno a ser estudado (DE SOUZA e SOUZA FREIRE, 2023). As observações foram realizadas durante eventos como a Conferência Municipal de Saúde em 2023, Conferência Municipal de Educação em 2023, Reunião da IG do Guaraná Maués 2023, Reunião Extraordinária do Fórum Municipal de Educação - FME (20/10/2023) e também quando foram realizadas as entrevistas.

Os procedimentos de análise de dados desta pesquisa compreenderam a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011) e a triangulação de dados (DENZIN e LINCOLN, 2005). Neste sentido, todos os dados coletados (documentais, entrevistas semiestruturadas e observações) foram analisados qualitativamente à luz das técnicas de análise mencionadas. As categorias de análise que foram trabalhadas para esta pesquisa com base serão explicitadas conforme quadro 3:

Quadro 3: Categorias de análise

Categoria	Objetivos da Categoria
Evidências de Influência das organizações nas práticas efetivas de governança pública	Observar as evidências da atuação da sociedade civil organizada mediante os debates públicos com o governo como fator contributivo para a governança pública em Maués.

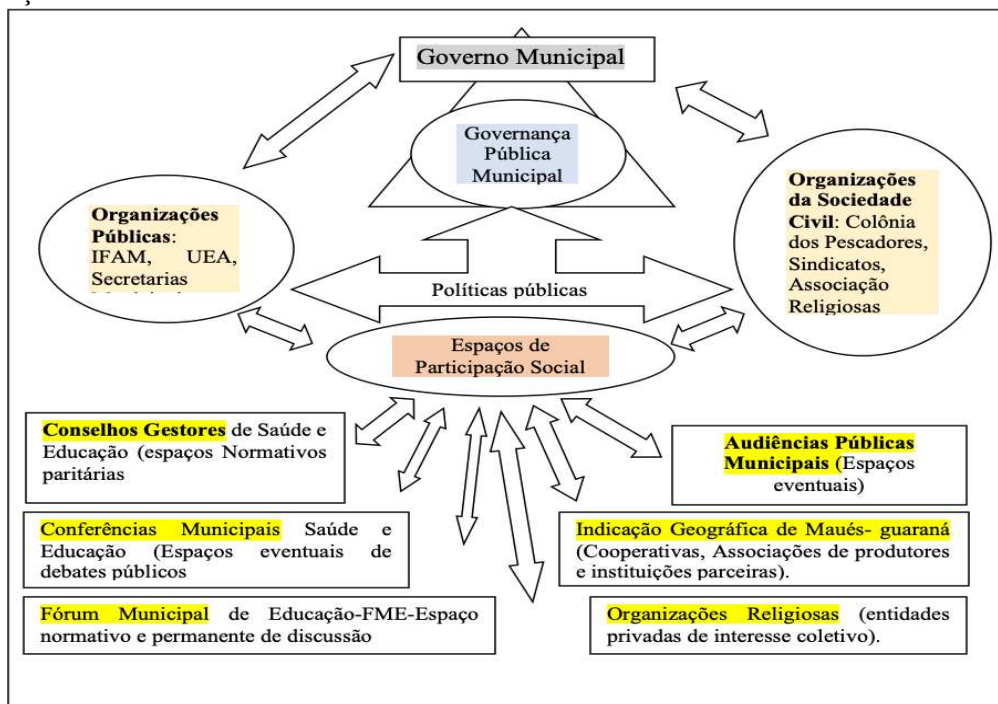
Dificuldades a serem contornadas nas relações entre governo e organizações sociais	Observar as principais dificuldades encontradas que precisam ser contornadas nas relações entre governo e as Organizações sociais, facilitando a governança pública.
Desafios para melhorar a influência das relações entre governo e as organizações sociais na governança pública	Identificar quais os principais desafios que podem contribuir com a melhoria a influência da relação entre governo e organizações sociais nos debates que favoreçam a governança pública.
Exemplos de bons resultados para a governança pública	Avaliar em quais processos discursórios ocorrem elaboração de propostas de políticas públicas foram essenciais para a boa governança pública.
O que diz a literatura?	Mostrar o ponto de vista da literatura em relação aos resultados

Fonte: Elaborado pelo Autor.

5. Governança Pública e influência das organizações sociais em Maués-AM

Nesta seção serão apresentados os principais achados da pesquisa com o apoio da literatura atualizada sobre os debates sobre participação social, quando há espaços deliberativos das relações democráticas na discussão de políticas públicas que venham favorecer a governança pública municipal.

Figura 2: Esquema Analítico do Processo da Governança Pública e Influência das Organizações Sociais em Maués.



Fonte: Resultados da pesquisa

A figura 2 acima ilustra o Esquema Analítico do Processo da Governança Pública e a Influência das Organizações Sociais em Maués. Esse esquema destaca a inter-relação entre os diversos órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil, evidenciando como esses agentes atuam em conjunto para promover uma boa governança pública municipal. No centro do esquema, a Governança Pública Municipal é representada como o eixo principal que conecta

diferentes atores e espaços de participação social. Os órgãos governamentais incluem entidades públicas como o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e as secretarias municipais, que desempenham papéis cruciais na formulação e implementação de políticas públicas. Além desse, as organizações da sociedade civil são representadas por uma variedade de grupos, incluindo associações religiosas, sindicatos e cooperativas. Entre essas organizações, destaca-se a Associação da Indicação Geográfica (IG) do Guaraná, que reúne produtores locais e instituições parceiras, como MAPA, SEBRAE e EMBRAPA, para fortalecer a governança pública através do desenvolvimento econômico e social. A figura também mostra os espaços de participação social como os Conselhos Gestores de Saúde e Educação, as Conferências Municipais e as Audiências Públicas. Esses espaços são fundamentais para a deliberação democrática e para garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e interesses da população local.

Este esquema analítico, portanto, visualiza como a interação entre o governo municipal e as organizações sociais em Maués pode contribuir para a construção de uma governança pública mais participativa e contributiva para desenvolvimento sustentável no contexto amazônico. Dentre os diversos tipos de governança, Ribeiro Filho e Valadares (2017) classificam a governança pública como o tipo que “pode ser definida como os meios e processos que garantem que o interesse da maioria seja observado pelos entes político-governamentais objetivando o bem-estar social” (RIBEIRO FILHO e VALADARES, 2017, p. 2-3).

5.1. Fatores que podem influenciar a promoção da governança pública em Maués

Teixeira & Gomes (2019) compreendem que o processo de ampliação da atuação pública se dá em uma relação de parceria estabelecida entre as organizações públicas e privadas; tais relações podem ser trabalhadas, visando uma governança mais forte no trato das políticas públicas e um Estado mais promissor. Nesta ótica, a interação dos cidadãos se dá junto aos debates promovidos pelos governos, de modo que isto seja um fator determinante para que a governança pública tenha bom êxito. No contexto de Maués, há evidências de que as organizações sociais podem sim influenciar nas práticas efetivas de governança pública. A colaboração entre o governo municipal, as organizações da sociedade civil e espaços de participação social, como mostrado na figura, demonstra como essas interações podem resultar em políticas públicas mais alinhadas com as necessidades da população e, conseqüentemente, em uma governança mais eficaz e inclusiva. O quadro 4, o quadro a seguir resume as evidências de possíveis influências na governança pública.

Quadro 4: Evidências de possíveis influências das organizações nas práticas de governança.

Tipo	Espaço	Descrição do resultado
Observações	Conselho Municipal de Educação	O órgão tenta desempenhar um bom trabalho junto à sociedade na promoção da governança pública, mas sempre há dificuldades de alguns representantes se integrarem.
P3 entrevista		O Conselho é muito importante nesse sentido porque tem a competência de fiscalizar toda a parte educacional, desde os recursos disponibilizados até sua atuação na formação de professores.
P5 e P6 Entrevista	Fórum M. Educação	O espaço contribui para fins de planejamento para a Conferência Municipal; o FME se configura como um instrumento participativo que a sociedade civil possui para que a governança tenha confiança e credibilidade, cuja estrutura foi embasada em princípios diversos.
Relatório da Reunião Extraordinária 2023(UEA,2023)		A distribuição dos 7 eixos temáticos a serem tratados na V Conferência Municipal de Educação foram explicitados, com diversos subtemas. Cada tema contou com integrantes responsáveis que foram escolhidos na reunião extraordinária do FME.
P12, P13 e P15 Entrevista	V Conferência M. Educação 2023	Quando uma OSC se engaja a participar no ato de ajudar a governança pública a democracia é fortalecida, e há um alinhamento das políticas com as reais necessidades e anseios dos cidadãos, de modo transparente para a administração pública.
P14 Entrevista		Quando se amplia os debates para expandir as políticas educacionais através da presença da sociedade civil se fortalecem os laços entre governo e organizações civis.
Folder (FME/SEMED2021)	IV Conferência M. Educação 2021	Na apresentação do folder destacou-se que <i>“a Conferência Municipal de Educação é um espaço democrático aberto pelo Poder Público e articulado com a sociedade”</i> visando a participação de todos atendendo às prerrogativas constitucionais
P1 Entrevista	Conselho Municipal de Saúde	A governança pública pode ocorrer de modo mais eficiente à medida que sociedade for mais participativa; o Conselho realiza capacitação para os conselheiros sobre as políticas públicas e governança.
Relatório (UEA, 2021)	VI Conferência M. Saúde-Maués	O documento fez referência à presença da Comunidade Surda de Maués, que também propôs algumas ideias para a inclusão no contexto da saúde, como a sinalização das Unidades Básicas de Saúde (USBs), curso de libras para os profissionais de saúde.
Decreto Munic. N.º 088/2021(Prefeitura de Maués,2021)	VI Conferência M. de Saúde 2021	A competência do Conselho Municipal de Saúde a respeito da organização e funcionamento do evento, que ocorre periodicamente, com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde.
Ficha de Inscrição de delegado (CMS /SEMSA, 2021).	VII Conferência M. de Saúde 2023	Mostra que o Representante já fazia a opção pelo eixo temático, neste ato o eixo marcado foi o Eixo 2- O Papel do Controle Social e dos Movimentos Sociais para salvar vidas.
Observações		Dos quatro eixos temáticos, o destacou-se o Eixo II- <i>O papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas</i> . Neste cenário, a atuação dos conferencistas foi imprescindível na colaboração para a promoção da governança pública.
P7 Entrevista		Os mecanismos que são propostos, quando se inclui o usuário da saúde, se escuta quem vai receber o produto final, e que a chance de dar certo é muito maior porque se conhece a real necessidade de quem vai usufruir daquele serviço. A Conferência Municipal de 2023 encaminhou 4 representantes para a etapa estadual e depois mais 1 representante dos usuários da saúde e mulher para a etapa nacional. A governança pública se sobressai melhor no cenário quando se dá voz e vez para a sociedade civil organizada atuar nos debates levando as pautas mais importantes.

P7, P8, P9 e P10		Somente com as relações democráticas fortalecidas nas conferências é possível assegurar a possibilidade de a governança ser favorecida.
P11 Entrevista		A governança pública é favorecida quando a participação dos atores sociais das conferências articulam estratégias contributivas
Convite (Prefeitura de Maués, 2019)	Audiência Pública Municipal	Convite para Audiência Pública Municipal sobre Avaliação e Cumprimento de Metas Fiscais de Receitas e Despesas sobre o 2º Quadrimestre de 2019 e LOA para 2020, convocando a população.
Convite (Prefeitura de Maués, 2018)	IG Maués Guaraná	O convite do Poder Público aos associados e produtores de guaraná para uma solenidade comemorativa devido à obtenção do selo de Indicação de Procedência do produto, que, como indicou o conteúdo da mensagem, propõe convidar os interessados, sobretudo ofertando-lhes transporte gratuito para facilitar a participação deles.
P18 Entrevista		Fazer acontecer a governança pública municipal é um processo bastante desafiador, em razão das características geográficas e de distribuição populacional, pela dificuldade de reunir produtores de guaraná, sendo que o acesso um serviço de comunicação, é muito restrito para as áreas rurais remotas. /A participação dos produtores fica condicionada a essas situações, com as necessidades de arranjos de governança juntamente com as instituições parceiras.
Decreto Municipal n.º 093/2021 (Prefeitura de Maués, 2021b)	Org. Religiosas F. Palavra Viva e Fazenda da Esperança	O Decreto nº 093, de de 2021 altera a composição Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente, e dá outras providências, revela a participação da Fundação Beneficente Palavra Viva e da Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança Nossa Senhora da Piedade.
P20 Entrevista	Organização Religiosa F. Palavra Viva	Em relação à educação a governança é construída com a necessária participação das instituições da sociedade civil para que os projetos do governo Municipal tenham aprovação. A entrevistada citou a obtenção do selo UNICEF que gera recursos para o município, graças à participação das organizações.
P22 Entrevista	Organização Religiosa Fazenda da Esperança	A Entidade realiza um bom trabalho na sociedade local, mas precisa de mais ajuda, pois trabalha com poucos voluntários e, uma parte deles, só atua em determinadas missões como feiras, bazares e outros eventos para arrecadar fundos para manter as atividades. A ONG vive de doações e ou de pequenas atividades econômicas que são produzidas pelos próprios acolhidos e voluntários.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O quadro acima destaca as principais contribuições das organizações sociais para a governança pública em Maués, evidenciando os efeitos dessas interações. No caso do Conselho Municipal de Educação, por exemplo, os resultados positivos, como a formação de professores e a fiscalização dos recursos educacionais, demonstram a importância da participação social para a melhoria da governança. Já o Conselho Municipal de Saúde, com a ampliação dos horários de funcionamento das UBS, exemplifica como as deliberações das Conferências Municipais podem impactar na qualidade dos serviços públicos.

A IG do Guaraná de Maués ilustra claramente o sucesso da colaboração entre produtores e instituições parceiras, como SEBRAE e MAPA. A obtenção do selo de Indicação de Procedência pelo INPI não apenas fortaleceu a identidade econômica local, mas também serviu como um exemplo de democratização das relações público-privada. Por outro lado, as organizações religiosas, como a Fazenda da Esperança de Maués, desempenham um papel

essencial na recuperação psicossocial e na reinserção social, atuando em áreas onde o governo municipal enfrenta limitações. Essas ações complementam os esforços do poder público e reforçam a importância da colaboração entre diferentes atores para alcançar uma governança pública mais inclusiva e abrangente.

Essas contribuições refletem o que Teixeira & Gomes (2019) destacam sobre a importância das parcerias entre organizações públicas e privadas para fortalecer a governança e construir um Estado mais promissor. Além disso, conforme observado por Ribeiro Filho & Valadares (2017), essas interações são fundamentais para garantir que o interesse da maioria seja observado pelos entes político-governamentais, resultando em boas políticas públicas e em uma governança pública fortalecida. Portanto, as evidências apresentadas corroboram a visão de que a participação social e a colaboração entre diferentes organizações são essenciais para o sucesso da governança pública em contextos como o de Maués. Zapata (2009) também reforça essa perspectiva ao considerar que a nova governança deve ser pautada por decisões compartilhadas entre diversos atores sociais, cuja interdependência é crucial para as políticas

5.2. Dificuldades a serem contornadas nas relações entre governo e organizações sociais

Embora as interações entre o governo e as organizações sociais em Maués tenham mostrado diversas contribuições positivas para a governança pública, há também dificuldades a serem enfrentadas para que essas relações sejam melhores. Por isso, identificar e compreender essas dificuldades é essencial para aprimorar a colaboração entre as partes e, conseqüentemente, melhorar o desempenho na formulação e execução de políticas públicas. O Quadro 5 destaca algumas das principais dificuldades evidenciadas durante a pesquisa.

Quadro 5: Dificuldades nas relações público-privado

Espaço	Descrição da dificuldade evidenciada
P2(Conselho M.Saúde)	Dificuldade de representantes comunitários rurais no Conselho de Saúde.
Observações Fórum Municipal de Educação	Na apresentação das atividades no Fórum Municipal de Educação observou-se que foi citado o Decreto Municipal Nº 003/2022 que nomeia os membros para compor o FME, e outras, como exemplo a Lei Orgânica Municipal. O FME não se reunia há algum tempo, desde a época de pandemia e o objetivo da reunião foi atualizar a composição do Colegiado, para dar sustentação à CONAE 2024.
P16(Conferência M. Educação)	É preciso ter em mente que a administração pública precisa estar voltada para o coletivo; logo os cidadãos da sociedade civil organizada precisam fazer a fiscalização, pois os Conselhos de Políticas, por exemplo, muitas vezes são constituídos por pessoas que não se interessam pela fiscalização, ou que estão ali para agradar certos governantes.
P19(IG Maués)	Se não tiver a participação maciça dos produtores, havendo poucos representantes da sociedade civil e mais da esfera pública o processo fica enfraquecido.
P20(F. Palavra Viva)	Apesar de a Fundação trabalhar com muita dedicação. O retorno e de ajuda governamental é pouquíssima, em vista das questões político-partidárias (quando não se faz parte do grupo político governante não são beneficiados).

P22(Fazenda da Esperança)	A Fazenda atua com poucos voluntários e necessita de outros profissionais para dar assistência aos acolhidos.
---------------------------	---

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

O Quadro 5 evidencia, portanto, as principais dificuldades enfrentadas para promover uma boa governança pública em Maués, conforme os achados empíricos. Destaca-se a ausência de representantes da zona rural nos Conselhos gestores, o que limita a representatividade e a eficácia das políticas implementadas. Além disso, o enfraquecimento democrático na IG do Guaraná, causado pela baixa participação dos produtores, compromete o equilíbrio das relações público-privadas, fundamental para o sucesso da governança.

Outro ponto crítico é a ineficiência nas relações democráticas, particularmente nas organizações religiosas como a Fundação Palavra Viva, que recebe pouco apoio governamental, muitas vezes influenciado por questões político-partidárias. A Fazenda da Esperança também enfrenta dificuldades operacionais significativas devido ao número reduzido de voluntários e à falta de profissionais para dar suporte às suas atividades sociais. Deste modo, superar essas dificuldades é essencial para construir uma governança pública mais robusta e inclusiva, capaz de atender às necessidades reais da população.

5.3.Desafios para melhorar a influência das relações entre governo e as organizações sociais na governança pública.

É essencial refletir sobre os desafios que precisam ser enfrentados para que as relações democráticas entre o governo e as organizações sociais se fortaleçam, contribuindo para a melhoria da governança pública. Nesse contexto, Ribeiro Filho & Valadares (2017) apontam que, nos últimos anos, tem havido uma redução no distanciamento histórico entre o Estado e a sociedade. Isso se deve à crescente atuação dos cidadãos, que, por meio de cobranças e fiscalização, pressionam o poder público a cumprir suas funções de acordo com os princípios constitucionais.

Quadro 6: Desafios para as relações público-privado.

Espaço de participação	Desafio
P1(Conselho M. de Educação)	Fazer com que a sociedade desperte o interesse maior em acompanhar as atividades do Conselho Municipal de Saúde, pois este tem competência para cobrar, fiscalizar a aplicação dos recursos destinados às UBS e hospitais.
P16(Conferência M, Educação)	Que os Conselhos sejam mais atuantes, e se empenhem mais, para que o governo possa realmente gastar na educação, na saúde, os recursos são destinados para aquela finalidade.
P11(Conselho M. Saúde)	Que os conselheiros possam ouvir as pessoas e poder trazer esse pensamento dessas demandas para dentro do Conselho o qual nós representamos, e isso é algo bem mais democrático.

P19(IG do Guaraná)	Divulgar mais as reuniões da IG para haver representatividade das partes: produtores cooperativistas e instituições parceiras.
Observações (Conferências Municipais Saúde e Educação)	Superar a falta de interesse dos cidadãos em participar mais
	Aumentar a efetividade de atuação dos órgãos sociais
	Promover maior incentivo atuação e capacitação dos conselheiros.
P23(Fazenda da Esperança)	Através da relação democrática é possível promover a descentralização do poder, envolvendo toda comunidade.

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

O Quadro 6 sintetiza os principais desafios para melhorar as relações entre o governo e as organizações sociais, destacando a necessidade de maior envolvimento da sociedade e de maior atuação dos órgãos sociais. Um ponto central é a importância de aumentar a representatividade e a participação nas reuniões e conselhos, como no caso da IG do Guaraná, onde a divulgação limitada das reuniões enfraquece a governança público-privada. Além disso, o exemplo da Fundação Palavra Viva e da Fazenda da Esperança revela a importância de superar barreiras políticas e operacionais, como a falta de voluntários e profissionais capacitados, para que essas organizações possam desempenhar melhor seus papéis.

A conquista do selo de Indicação de Procedência (IP) para o Guaraná de Maués, concedido pelo INPI, é um exemplo de como a articulação entre os membros da Associação IG Maués e a colaboração do poder público municipal podem gerar resultados positivos. Embora o discurso oficial tenha atribuído a conquista principalmente à administração local, é claro que o sucesso foi alcançado graças à cooperação entre várias entidades e ao suporte financeiro e logístico oferecido pelo município.

O Quadro 7 a seguir apresenta exemplos de iniciativas e políticas públicas que evidenciam bons exemplos da participação social na governança pública de Maués. Esses exemplos destacam como a colaboração entre diferentes atores, incluindo conselhos municipais, instituições parceiras e organizações da sociedade civil, resultou em avanços significativos para a comunidade.

Quadro 7: Exemplos de bons resultados da participação social para a governança pública.

Espaço pesquisado – técnica utilizada	Iniciativas ou exemplos de políticas públicas que contribuíram para a governança pública
P3(Conselho M. Educação)	Com a ajuda da UNCME o colegiado já participou de uma Videoconferência sobre a Escola de Tempo Integral; há a previsão para formação de professores que estão atuando na nova modalidade.
P4(Conselho M. Educação)	Nós já estamos vivendo o fruto dessas Conferências.
Observações e P11(Entrevista) Conf.Municipal de Saúde 2023 e Conselho M. de Saúde	Alteração dos horários de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde que antes, funcionavam nos horários de 7h às 11h/13h às 17h, e após várias discussões passaram a operar de 7h às 19h.
P17 e P18 IG Maués); Observações (IG Maués)	A IG Maués foi obtida através da parceria das diversas instituições como o SEBRAE, o Ministério da Agricultura e Pesca (MAPA), dos diversos parceiros e do Poder Público, mesmo que seja estadual ou Municipal.

P19(IG Maués)	Um fator positivo dentro da IG foi a construção de laços entre as associações e cooperativas de produtores com as instituições parceiras como UEA, IFAM, SEBRAE, MAPA, MDA etc.
	A Aliança Guaraná de Maués - AGM trata-se de uma rede de políticas públicas que teve impacto bastante positivo na parceria com a IG Maués, para a obtenção da indicação de Procedência concedida pelo INPI.
Observações (Fazenda da Esperança)	Em termos de contribuição para a governança a ONG dá sua parcela de colaboração na recuperação de seus acolhidos (os dependentes químicos)
P21(F. Palavra Viva)	Ressaltou que o papel das OSC é crucial na governança pública porque dão suporte em áreas que o governo não consegue atingir.

Fonte: Próprio Autor/ Resultados da Pesquisa.

O Quadro 7 traz à tona exemplos de bons resultados na governança pública em Maués, conforme identificados nos achados da pesquisa, e destaca as principais contribuições de cada iniciativa. O Conselho Municipal de Educação de Maués, por exemplo, já observa os resultados de suas ações, como a formação de professores para a escola de tempo integral, demonstrando o impacto positivo das conferências e das deliberações participativas. Já o Conselho Municipal de Saúde, através das discussões durante a Conferência Municipal de Saúde, foi capaz de estender os horários de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que resultou em um atendimento mais acessível para a população local.

Na IG do Guaraná de Maués, as parcerias institucionais com produtores não só levaram à obtenção do selo pelo INPI, mas também promoveram o amadurecimento dos atores envolvidos. Essa construção de laços entre associações, cooperativas e instituições parceiras, um exemplo de sucesso na democratização das relações público-privadas.

Além disso, as organizações religiosas, como a Fazenda da Esperança, desempenham um papel fundamental na recuperação psicossocial de acolhidos e dependentes químicos, complementando as áreas onde o governo municipal encontra limitações. A Fundação Palavra Viva também contribui significativamente ao oferecer suporte em setores que o governo municipal não consegue atingir sozinho, reforçando a importância das Organizações da Sociedade Civil na governança pública. Esses exemplos sublinham a importância da participação social e das parcerias institucionais para promover uma governança pública eficaz, demonstrando como a colaboração entre diferentes atores pode gerar resultados positivos e duradouros para a comunidade de Maués.

As análises realizadas neste estudo destacam a relevância de diversos pontos de vista teóricos sobre a governança pública, especialmente no contexto específico do bioma amazônico, onde as complexidades sociais, econômicas e ambientais exigem abordagens diferenciadas. A literatura sobre governança pública ressalta a importância de uma relação

dinâmica entre os cidadãos, os principais interessados, e os agentes da administração pública, que são responsáveis pela execução das políticas públicas (TEIXEIRA e GOMES, 2018).

Nesse sentido, o estudo confirma que, no contexto de Maués, a governança pública municipal tem evoluído dentro dessa relação de principal e agente, como evidenciado pelos espaços de participação social explorados. Esses espaços, onde se dão as interações entre governo e sociedade civil, são fundamentais para que a governança pública se adapte às necessidades locais e responda aos desafios específicos da região Amazônica. Neto et al. (2019) destacam que essa interação é essencial para a formação de políticas públicas que reflitam as necessidades da comunidade, integrando as relações público-privadas em um modelo de governança que promove mudanças estruturais na relação Estado-sociedade.

Além disso, a literatura enfatiza que os problemas mais críticos, especialmente nas áreas sociais, requerem um diálogo contínuo entre os representantes dos cidadãos, como as organizações sociais, e o governo. Essa interação é vital para garantir que as políticas públicas sejam não apenas formuladas, mas também implementadas de maneira que atenda às demandas reais de todos os stakeholders envolvidos (GONÇALVES et al., 2022). Este estudo corrobora essa visão, ao demonstrar que a participação ativa das organizações sociais em Maués tem sido essencial para a promoção de uma governança pública mais eficaz, alinhada com as necessidades e particularidades do bioma amazônico. No contexto amazônico, onde os desafios geográficos e ambientais são acentuados, a democracia participativa assume um papel ainda mais crucial. É preciso haver uma inter-relação mais estreita entre o governo e a sociedade, na qual os cidadãos se sintam bem informados e representados nas etapas do processo decisório. Anelli e Brasil (2021) reforçam que essa inter-relação é a base da democracia atual, e este estudo demonstra que em Maués, essa prática tem potencializado a criação de políticas públicas mais responsivas e inclusivas.

As contribuições deste estudo para a literatura são significativas, pois evidenciam a complexidade do bioma amazônico e a importância da participação social moldam a governança pública local. Ao explorar a interação entre governo e organizações sociais, o estudo oferece contribuições valiosas sobre como essas relações podem ser fortalecidas para melhorar das políticas públicas, não apenas em Maués, mas potencialmente em outras regiões.

6. Considerações Finais

Este estudo confirmou que a participação das instituições públicas e privadas nas relações democráticas em Maués se revelam como um caminho necessário para o fortalecimento da governança pública local. A análise dos principais resultados mostrou que os

fatores positivos superam os negativos quando se examina o poder de atuação dos órgãos e espaços de participação social. A atuação dos conselhos gestores, especialmente nas áreas de saúde e educação, desempenhou um papel crucial na elaboração de propostas e pressão junto ao Poder Público para sua implementação, o que destaca a importância dos conselhos na governança local. As Conferências Municipais também revelaram um bom engajamento dos cidadãos, das instituições públicas e dos gestores, a fim de melhorar a eficácia das políticas públicas discutidas. Esse engajamento é essencial para o processo de governança e implementação de políticas, demonstrando como a participação social pode influenciar positivamente a administração pública.

A Indicação Geográfica (IG) de Maués, ao promover a construção de laços entre os produtores de guaraná e as instituições colaboradoras, evidenciou como esses vínculos podem fortalecer a governança pública. No que tange às organizações religiosas, suas contribuições também se destacaram, especialmente na oferta de educação infantil para crianças de famílias vulneráveis (Fundação Palavra Viva) e na recuperação de dependentes químicos (Fazenda da Esperança). Essas iniciativas demonstram como a natureza específica de cada organização pode complementar as lacunas do governo, dando suporte em áreas críticas.

A literatura revisada durante o estudo validou as conclusões, especialmente ao considerar o contexto amazônico, que apresenta desafios únicos em termos de acesso e governança. A Amazônia, com suas características peculiares, exige abordagens inovadoras e inclusivas, e a participação social se mostrou um elemento chave para enfrentar esses desafios. Portanto, este estudo contribuiu positivamente para a compreensão da influência das organizações sociais na governança pública em Maués, sugerindo que o tema merece mais atenção e pesquisas futuras.

Contudo, é importante reconhecer as limitações deste estudo. Devido à complexidade do tema e à abrangência necessária para cobrir outros espaços de deliberação que não foram tratados, algumas áreas ficaram fora do escopo desta pesquisa. Além disso, a metodologia qualitativa utilizada, embora adequada para explorar as nuances da participação social, pode ser influenciada pela subjetividade do pesquisador. A triangulação de dados foi adotada como uma técnica para mitigar esse risco, mas reconhece-se que outras abordagens metodológicas poderiam complementar os achados aqui apresentados.

Para futuras pesquisas, recomenda-se explorar outros contextos dentro da Amazônia e regiões similares, onde a interação entre governo e organizações sociais pode revelar novas dinâmicas e desafios. Investigar o impacto a longo prazo das políticas públicas implementadas

com base na participação social em Maués também seria uma área rica para exploração, assim como a análise comparativa com outros municípios que enfrentam desafios semelhantes. Além disso, estudos quantitativos poderiam oferecer uma visão mais abrangente sobre a eficácia dessas interações, complementando a abordagem qualitativa aqui utilizada.

Em conclusão, a experiência da participação social em Maués, evidenciada neste estudo, destaca-se como uma condição essencial para o sucesso na implementação de políticas públicas e na facilitação da governança pública. Fortalecer esses laços entre governo e organizações sociais é, portanto, vital para enfrentar os desafios únicos do bioma amazônico e para promover um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável na região.

Referências

- ANELLI, F. R.; BRASIL, F. P. D. Democracia e participação social: fóruns regionais de governo de Minas Gerais (2015-2018). **Caderno de Administração**, v. 29, n. 2, p. 58-79, 2021.
- BANTIM, Natasha et al. O Papel do Estado nas Instâncias de Governança Regionais do Turismo1. The Role of the State in Regional Tourism Governance Instances El Papel del Estado en las Instancias de Gobernanza Regionales del Turismo. Observatório de Inovação do Turismo – **Revista Acadêmica** Vol. XIV, nº 2, agosto – 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. São Paulo: Editora FGV, 1998.
- CAVALCANTE, P. **Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2319.pdf>. Acessado em: 31.07.2024
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 32
- DE SOUZA, Paulo Vitor Souza; DE SOUZA FREIRE, Fátima. Observação como técnica de pesquisa qualitativa: panorama em periódicos brasileiros. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 22, n. 42, p. 43-64, 2023.
- EMBRAPA, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias//noticia/33190031/guarana-de-maues-sera-comercializado-com-selo-de-indicacao-de-procedencia>. Acesso em 31/07/2024.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- GÓMEZ, J. M. **Reinventando a comunidade política, globalizando a cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, R. S.; BORGES, T. J. G.; GONÇALVES, A. O. Governança pública, evidenciação e amplitude de participação social em conselhos de saúde. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 10, n. 1, p. 36-51, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Disponível em: Acesso em: 29 abr.2022.

ECONOMIA,

2021. Disponível em: Acesso em: 29 abr.2022.

MARCONI, Marina. A; LAKATOS, Eva. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. - 7.ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Luci Helena Silva. Teoria crítica e sociedade civil: rumo à democratização. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 43, n. 2, p. 199-212, 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MINAYO. M.C. de S.(Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14^o Ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408p.

NETO, José Aprígio Carneiro; GUEDES, Danilo Rodrigues; NASCIMENTO, Danilo Alves do; SOUSA, Hudson Paulo Alencar Ibiapina de. Governança pública no contexto de implementação das políticas públicas. **Razón y Palabra**, v. 23, n. 104, p. 459-478, 2019.

PALUDO, Augustinho Vicente. Governança aplicada ao setor público como instrumento de planejamento e desenvolvimento: proposta de modelo para implementação. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPGPGP), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

PETERS, Brainard Guy. O que é Governança? **Revista do TCU**, n. 127, p. 28-33, 2013.

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) n^o 2454,2018. **Primeiro registro de IG de 2018 é concedido para o Guaraná de Maués, no Amazonas**, 2018. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>

RIBEIRO FILHO, Wander Fernandes; VALADARES, Josiel Lopes. Governança: uma nova perspectiva de gestão aplicada à administração pública. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 3, n. 5, p. 0721-0723, 2017. <https://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em 19 de junho de 2024.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor**: o espectro do mercado. II Encontro da Rede Latino-Americana e do Caribe da Sociedade Internacional de Pesquisa do Terceiro Setor, Chile: FGV, 1999.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. **Governança pública**: uma revisão conceitual. 2019.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; RESENDE, Grazielle Andrade. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 177-192, 2020.

ZAPATA, Tania. (2009). A importância da nova governança para construir uma outra cultura política no Brasil. In: (Org). **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Pernambuco, 2009.

Apêndice

Documentos Analisados

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Indicação Geográfica de Maués (IG do Guaraná)			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
IP do selo do Guaraná (IG do Guaraná)	EMBRAPA	Artigo (Site Institucional)	2018
Cerimônia pelo Registro da IG	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social)	2018
Reunião da IG do Guaraná/ Maués	UEA	Relatório Técnico/(Físico)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Audiências Públicas Municipais			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Audiência - Plano de Resíduos Sólidos do Município de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência -Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência-Avaliação e Cumprimentos de Metas Fiscais 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Convite à População- 25.10.2019 (Site Institucional)	2019
6ª Audiência sobre o Orçamento- 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência) 05.10.2019	2019
8ª Audiência Pública Municipal sobre Orçamento- 3º Quadrimestre/2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2020
Audiência sobre Orçamento- 3º Quadrimestre 2021	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2022
Audiência Pública Municipal sobre o Orçamento- 3º Quadrimestre 2023	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social- Portal Institucional)	2024
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Conferências Municipais			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
V Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de delegado (físico)	2019
VI Conferência Municipal de Saúde	Prefeitura de maués	Decreto Municipal Nº 088 (Portal da Transparência Municipal)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado (físico)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. de Saúde /SEMSA	Convite (formato físico recebido pelo NESMAU-UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder – Programação (Formato Físico- NESMAU/UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Ofício Institucional nº 025/2021- (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Relatório Técnico de Participação (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder 4ª Conferência Municipal de Educação (físico)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. Saúde/SEMSA	Ficha de Inscrição como Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2023
V Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2024	UEA	Relatório Técnico-participante (formato físico – Institucional)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Fórum Municipal de Educação-FME			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Fórum Municipal de Educação (FME)	Prefeitura de Maués	Decreto Municipal Nº 096(Portal da Transparência Municipal)	2021
Fórum Municipal de Educação (FME)	UEA	Ofício Nº 111/2023-UEA(2023) - (Formato Físico-institucional)	2023
Reunião Extraordinária Fórum Municipal de Educação - FME	UEA	Relatório- Reunião Extraordinária FME- 20.10.2023 (formato físico- institucional)	2023
Composição Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	Prefeitura de Maués	Decret. Municipal nº 093/(12/11/2021) (Portal da Transparência Municipal)	2021

Fonte: Elaborado pelo Autor

Artigo 3: Relações entre governo e sociedade na implementação de Políticas Públicas no Contexto Amazônico: Uma Análise do caso de Maués.

Resumo: Este artigo explorou os fatores que incentivam a implementação de políticas públicas, com ênfase na dinâmica das interações entre o governo e a sociedade no contexto municipal de Maués/AM. A pesquisa foi guiada pela seguinte questão: Como as relações entre governo e sociedade influenciam a implementação de políticas públicas no município de Maués? O objetivo principal foi identificar e explorar fatores que podem estimular o interesse social em atividades colaborativas entre o governo e a sociedade civil organizada, focando em áreas-chave como educação, saúde, meio ambiente, saneamento, urbanização, orçamento, reinserção social e produção agrícola, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento local. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de coleta de dados como pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Os resultados indicaram que para alcançar uma governança pública mais eficaz, é necessário aprimorar as relações de colaboração entre o governo e as organizações sociais. Identificou-se que, embora existam caminhos já traçados para a participação social, ainda há espaço para melhorias e maior eficácia nos processos deliberativos. Os resultados indicaram ainda que há um potencial significativo para a implementação de políticas públicas adicionais em áreas como saúde, educação, saneamento, meio ambiente e produção rural. No entanto, isso depende de uma atuação mais proativa das organizações sociais, do governo e das instituições públicas nos espaços deliberativos existentes, como os conselhos gestores, conferências, audiências públicas e fóruns.

Palavras-chave: Governo. Sociedade. Políticas Públicas. Contexto amazônico. Governança Pública.

1. Introdução

Pensar na implementação de políticas públicas no contexto amazônico envolve associar a importância da democracia, das políticas de caráter social e do envolvimento da administração pública com a sociedade local. Segundo Bresser-Pereira (2017), a inclusão da sociedade nos processos decisórios é fundamental, pois a democracia está intrinsecamente relacionada à atuação das organizações da sociedade civil, que auxiliam na identificação das prioridades que as políticas sociais devem atender. Essas medidas asseguram maior responsabilidade dos gestores na implementação dessas políticas, promovendo um governo mais transparente e eficaz.

Nesse sentido, Duarte (2023) argumenta que a implementação de políticas públicas depende de vários fatores, incluindo a disponibilidade de recursos financeiros e humanos, estudos de viabilidade, e um processo robusto de comunicação entre os atores sociais envolvidos. A comunicação eficiente é especialmente crucial no contexto da Amazônia, onde a

complexidade geográfica e a diversidade cultural exigem uma abordagem adaptativa e colaborativa.

Com base nesses princípios, o presente trabalho propõe uma análise dos fatores que podem estimular a implementação de políticas públicas, com foco na interação entre governo e sociedade no nível municipal. O estudo foi conduzido no município de Maués, localizado no Estado do Amazonas, uma das 62 municipalidades que compõem a vasta e complexa região da Amazônia brasileira. As peculiaridades socioeconômicas e ambientais desta região devem ser cuidadosamente consideradas na formulação e implementação de políticas públicas. Moreira e Ribeiro (2020) destacam que a Amazônia, historicamente tratada como um palco para debates sobre sustentabilidade, muitas vezes negligencia as condições socioeconômicas das populações que ali vivem, reforçando a necessidade de políticas que equilibrem conservação e desenvolvimento sustentável.

A reflexão sobre os aspectos econômicos por meio das políticas públicas na Amazônia é imprescindível, considerando que a região é vista globalmente como um território de enorme potencial para o desenvolvimento sustentável, mas também como um foco central de preservação ambiental. Nesse contexto, Becker (2010) e Moreira e Ribeiro (2020) argumentam que a Amazônia enfrenta o desafio de superar a relação ambígua entre desenvolvimento e conservação, dentro de uma nova divisão territorial do trabalho e das políticas territoriais emergentes em um mundo globalizado.

Para enfrentar esses desafios, o fortalecimento das relações democráticas através das instituições públicas e das organizações da sociedade civil é crucial. Essas relações podem promover a implementação de projetos que visam melhorias em políticas públicas sociais e econômicas, particularmente em uma região tão singular quanto a Amazônia. Coutinho (2015) ressalta que uma participação democrática eficaz exige que os atores sociais estejam plenamente informados e preparados para participar de discussões sobre políticas públicas, garantindo que a tomada de decisões não seja dominada por grupos com maior poder econômico e político.

Diante desse cenário, este artigo se propôs a responder à seguinte questão de pesquisa: Como as relações entre governo e sociedade influenciam a implementação de políticas públicas no município de Maués? O objetivo da pesquisa foi identificar e explorar fatores que podem estimular o interesse social em atividades colaborativas entre o governo e as entidades representativas da sociedade civil organizada, com foco em áreas-chave como educação, saúde,

meio ambiente, saneamento, urbanização, orçamento, reinserção social e produção agrícola, com o intuito de impulsionar o desenvolvimento local.

A relevância deste estudo reside em identificar os principais fatores que podem ser essenciais para a implementação de políticas públicas quando a participação social é capaz de criar elementos que favorecem a governança pública. Isso é especialmente importante em um município que faz parte do complexo e desafiador contexto da Amazônia. Em termos de contribuição, esta pesquisa visa oferecer respostas sobre os mecanismos que podem estimular e favorecer a implementação de políticas públicas, por meio de articulações entre governo e sociedade em espaços de participação e dentro das organizações sociais, promovendo uma governança pública mais inclusiva e eficaz.

Nesse sentido, Raichelis (2006) defende a publicização como uma forma mais eficiente de democratização, onde o espaço público é o *locus* escolhido para as interações entre governo e sociedade civil. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar os fatores que podem contribuir para a implementação de políticas públicas em um município situado na complexa região amazônica, onde as condições sociais, geográficas e econômicas apresentam características e desafios únicos.

O artigo está estruturado da seguinte forma: após a introdução, que contextualiza o tema, a justificativa, o problema de pesquisa e os objetivos, segue-se uma revisão de literatura com foco na gestão democrática e na participação da sociedade civil nas políticas públicas na Amazônia. Em seguida, são discutidos os procedimentos metodológicos, seguidos pela seção de resultados e discussão, que apresenta os dados empíricos e a literatura correlata. Por fim, as conclusões gerais sintetizam os principais achados, discutem as limitações da pesquisa e oferecem recomendações para estudos futuros.

2. Gestão democrática e relação entre Estado e sociedade

Ao abordar sobre as relações entre Estado e sociedade, é necessário falar primeiramente como se dá essa gestão democrática. Neste sentido, uma gestão participativa é o caminho mais viável para a solução de problemas de interesse da coletividade, mas é graças à sociedade civil organizada que isso pode ocorrer na íntegra (CAMELO *et al*, 2010).

As autoras explicitam que o modelo gerencial da administração pública, se inspirando no modo de gerenciar característico ao do setor privado, separou o setor em duas esferas: a esfera política e a esfera administrativa, ao passo que no modelo democrático-participativo promove-se a inserção da sociedade civil organizada nos debates em que o governo apresenta

as áreas de políticas públicas que precisam ser discutidas, visando a transparência pública. Assim, na visão de Zapata (2009) a relação democrática é uma experiência que se dá entre o Estado e o cidadão, mas se exige que a sociedade civil seja mais fortalecida, mais atuante para uma boa formação da agenda pública.

Deste modo na gestão democrático-participativa as discussões acerca das políticas públicas debatidas podem ter um melhor desempenho em sua fase de implementação pelo poder público. Pensando nisso, Teodósio e Resende (2014) salientam que a democracia participativa é uma condição necessária para o avanço e deliberação das políticas de cunho social. Os autores salientam que o fortalecimento das OSC, que têm características de poder político e tomada de decisão perante o governo, é condição obrigatória para superar o ato de se gerir políticas de modo institucional que desconsideram os reais anseios populacionais.

3. Participação da sociedade civil nas políticas públicas na Amazônia

Diante das discussões sobre a participação da sociedade civil, e o que ela representa na questão da implementação das políticas públicas é importante dar destaque sobre este tema no que diz respeito à Amazônia, pois o município envolvido na pesquisa faz parte dessa região. Assim, as políticas públicas voltadas para esta região precisam levar em consideração a preservação do bioma, devendo ser discutida por atores essenciais na participação social. Deste modo, é importante frisar a relevância de o governo federal, ao longo de décadas, tentar promover o desenvolvimento amazônico, e ao mesmo tempo tentar proteger o território da exploração indevida, e com a implantação das políticas públicas nesta região. E, como o exemplo, destaca-se aqui o que ocorreu no Estado do Pará que, alinhada à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1972, o governo propiciou uma tentativa de desenvolver a região, levando em pauta a exploração de recursos naturais, a biodiversidade e a ocupação dos espaços territoriais por meio de grandes projetos (NÓBREGA, 2007).

Becker (2010, p.21) salienta que “a sociedade civil se organizou como nunca antes verificado, e os diferentes segmentos sociais passaram a demandar uma política capaz de dinamizar a região. Projetos alternativos surgiram, constituindo embriões de novas territorialidades”. Para tanto, as OSCs surgiram como importantes instrumentos de participação nas articulações de políticas públicas visando o desenvolvimento econômico da região Amazônica, sendo, pois, importante que todas as formas de discussão sobre economia e projetos de desenvolvimento levem em consideração todos os pontos relevantes que implicam e impactam os recursos e a biodiversidade. Partindo dessa premissa, Silva *et al* (2022) salientam

que a atividade econômica se inclui na pauta ecológica como um instrumento que busca promover o desenvolvimento econômico sustentável de modo a garantir que os impactos ambientais não causam danos ao esgotamento das fontes de recursos.

Assim sendo, uma atuação de modo responsável é um fator essencial para o desenvolvimento de atividades econômicas na Amazônia, dada a grande relevância que a região possui no cenário mundial, e levando considerando as concepções ecológicas que sejam eficientes para o uso do meio ambiente para desenvolver atividades econômicas. No entanto, Almeida (2021, p. 17) salienta que: “as políticas públicas para a Amazônia historicamente foram elaboradas com pouco diálogo com as particularidades da região, ignorando as tradições e conhecimentos dos múltiplos povos”. Portanto, é importante inserir novos métodos de articulação envolvendo mais a população, sabendo que esta precisa ter essa consciência de desenvolvimento econômico responsável, diminuindo exploração indevida.

Deste modo, os conselhos municipais de desenvolvimento econômico surgidos na Região Amazônica passaram a desempenhar um papel inovador e democrático, no entanto, não virtuosos em si, mas irão se tornando virtuosos quando conseguiram promover os processos de representação e participação popular (OLIVAL *et al*, 2007). Assim, a complexidade sobre a Amazônia é um fator importante, pois todo projeto de desenvolvimento voltado para esta Região, deve estar em sintonia com todos os cenários que incluem a sustentabilidade, em detrimento da riquíssima biodiversidade e das condições climáticas.

Diante da exposição dos dados do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS dos municípios que compõem o Portal da Amazônia chegou-se à conclusão que há uma disparidade em relação aos recursos políticos que são distribuídos entre os membros que representam a sociedade civil e os representantes do poder público, além do problema da representatividade, e o nível de participação dos membros, que é inferior dos participantes da sociedade civil em relação aos da esfera administrativa e política. (OLIVAL *et al*, 2007). Os autores propõem que, neste caso, é necessário que haja um processo de capacitação, visando buscar novos métodos que possam estimular a participação popular, descentralizando, assim, os locais de reuniões.

4. Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa qualitativa tem como locus de pesquisa o Município de Maués/AM. Conforme dados do IBGE o município possui uma área de 39.991,066 km², e uma população de 61.204 habitantes (IBGE, 2022) e é referência na produção do Guaraná, sendo reconhecido

como Indicação Geográfica do Guaraná (TRICAUD *et al.*, 2016). O município tem reconhecimento pelo INPI, recebendo a Indicação de Procedência - IP para comercializar o produto com o selo da IG, (REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) nº 2454, 2018).

A partir da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e de atividades de campo como entrevistas semiestruturadas e observações diretas chegou-se à coleta dos dados. A **pesquisa bibliográfica** compreendeu a literatura já existente e que trata da temática através de acesso aos acervos locais e dos sítios de pesquisa com SCIELO, SCIELO, SPELL ANPAD, CAPES e GOOGLE ACADÊMICO concernentes a trabalhos publicados até agosto/2024. Para Lakatos e Marconi(2003) a pesquisa bibliográfica representa tudo o que aquilo que já foi revelado em relação à temática a ser examinada e que tem por finalidade confirmar as proposições levantadas pelo pesquisador ao utilizar outros métodos de pesquisa.

Por sua vez, a pesquisa documental análise de 25 (vinte e cinco) **documentos** que abrangeu espaços de participação social que atuam na elaboração de fatores que estimulam a formulação de propostas que podem implementar as políticas públicas, com material consultado a partir do ano de 2018 proveniente de sites como Portal da Transparência do Município e facebook oficial e de acesso a alguns documentos físicos conforme Quadro de documentos selecionados (Apêndice A). Segundo Gil (2002) a pesquisa possui algumas vantagens, dentre elas por se tratar de fonte rica em dados, baixo custo e por não exigir contatos diretos com sujeitos da pesquisa. Sobre as entrevistas, o quadro 1, mostra a organização e perfil de cada um. E nesta pesquisa, é fundamental frisar a presença do pesquisador como participante nas conferências municipais de saúde e educação investigadas, e membro ativo do Fórum Municipal de Educação, além de participante do Conselho Regulador da IG do Guaraná e também participou da Audiência Pública Municipal do Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana realizada em 2019, em Maués.

Quadro 1: Perfil dos membros entrevistados

Cód.	Espaço de participação	Segmento	Atuação Profissional/Social
P1	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Sindicato
P2	Conselho Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil	Associação
P3	Conselho Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P4	Conselho Municipal de Educação de Maués	Sociedade Civil	Organiz. Religiosa
P5	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P6	Fórum Municipal de Educação de Maués	Governo	Educação
P7	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo- Gestão	Saúde
P8	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Saúde

P9	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Governo Trabalhadores da Saúde	Saúde
P10	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Pesca
P11	Conferência Municipal de Saúde de Maués	Sociedade Civil Usuários da Saúde	Organiz. Religiosa
P12	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P13	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação
P14	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Governo	Educação Federal
P15	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P16	Conferência Municipal de Educação de Maués- (Etapa Municipal da CONAE 2024)	Sociedade Civil	Classe Estudantil Universitária
P17	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P18	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Sociedade Civil	Economia/Agricultura
P19	Indicação Geográfica de Maués(Guaraná)	Governo	Educação Profissional Servidor Federal
P20	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P21	Fundação Beneficente Palavra Viva	Sociedade Civil	Educação
P22	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social
P23	Fazenda da Esperança- Nossa Sra. Da Piedade	Sociedade Civil	Reinserção Social

Fonte: Elaborado pelo autor.

Usada como estratégia para retirar maior quantidade de informações a **entrevista semiestruturada**, se mostra como uma técnica importante nos estudos qualitativos (MINAYO, 2009). Após as definições dos critérios de seleção conforme Quadro 1, os participantes da entrevista foram identificados por códigos enumerados de P1 até P23 (Participantes 1 a 23), submetidos ao Comitê de Ética na Pesquisa - CEP/UFV.

Das 27 entrevistas submetidas ao CEP foram obtidas apenas 23 entrevistas, que foram aplicadas por meio de um Roteiro padronizado de entrevista com perguntas abertas, aplicadas a todos os grupos/espacos de participação selecionados, por meio de gravações ou de anotações escritas. Desse modo, cada participante foi comunicado com antecedência e recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa - UFV/ MG, para leitura e assinatura dos referidos participantes, protegendo seus direitos pessoais e assegurando direitos e respaldando o pesquisador. Os dados obtidos das gravações ou das anotações escritas foram transcritos para posterior seleção dos dados que tiveram maior relevância para a pesquisa.

As **observações** diretas foram realizadas através da presença do pesquisador participante em espaços de participação como as Conferências Municipais de Saúde e Educação em 2023, na Reunião Extraordinária do Fórum Municipal em 2023, na Reunião da IG do Guaraná em 2023 e nos momentos de contatos com entrevistados em 2024. Para Lakatos e

Marconi (2003, p. 191) “a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade”.

A análise de conteúdo de Bardin (2011) e a triangulação de dados (DENZIN e LINCOLN, 2005) foram as técnicas de análise utilizadas para a apuração dos resultados. As categorias de análise que foram trabalhadas para esta pesquisa com base serão explicitadas conforme quadro a seguir:

Quadro 2: Categorias de análise

Categoria	Descrição da Categoria
Evidências de aspectos amazônicos como pontos de discussão	Observar quais aspectos amazônicos estão impregnados nas relações democráticas entre o governo e a sociedade local.
Empecilhos para Implementação das Políticas Públicas	Identificar quais as barreiras logísticas, sociais e econômicas para a promoção das políticas públicas nos espaços públicos.
Propostas debatidas em Maués	Mostrar as algumas propostas debatidas nos espaços de participação
Exemplos de políticas públicas implementadas em Maués	Avaliar os processos discursórios na elaboração de propostas que culminaram com implementação de políticas públicas em Maués.
Expectativas para melhoria das relações públicas entre Governo e Sociedade	Sugerir medidas que possam melhorar o processo das relações entre Governo e Sociedade visando uma boa governança pública e uma implementação de políticas públicas mais eficientes.

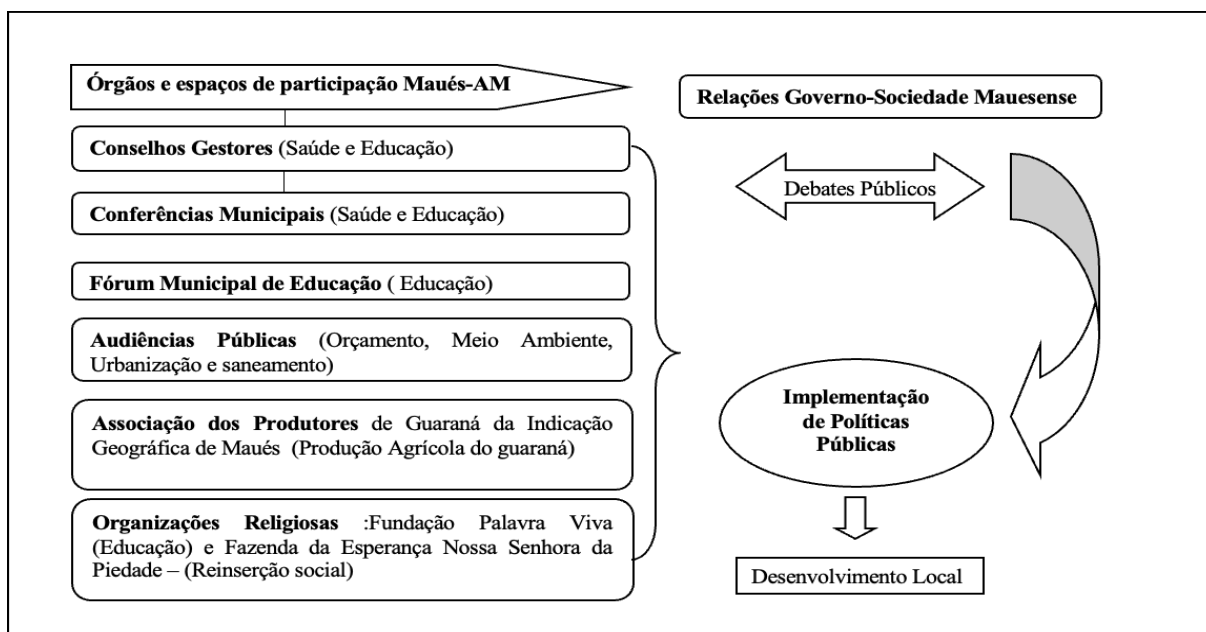
Fonte: Elaborado pelo Autor.

A seção metodológica apresentou uma abordagem diversificada e detalhada, utilizando múltiplas fontes de dados, como pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observações diretas. Essas técnicas foram aplicadas no município de Maués, no Amazonas, permitindo uma análise profunda das interações entre governo e sociedade local. A análise de conteúdo e a triangulação de dados garantiram que as particularidades do contexto amazônico fossem devidamente consideradas, resultando em evidências valiosas sobre as barreiras, propostas e políticas públicas já implementadas na região, contribuindo para a formulação de recomendações para uma governança pública mais eficaz.

5. Implementação de Políticas Públicas em Maués-AM.

Nesta seção serão apresentados os achados empíricos que foram extraídos, e comparados com a literatura. Nessa ótica, segue abaixo o Esquema de Implementação de Políticas Públicas em Maués-AM.

Figura 2: Esquema Analítico Processo de Implementação de Políticas Públicas em Maués.



Fonte: Resultados da Pesquisa.

A Figura 2 mostra como se esquetiza os principais espaços de participação selecionados e as organizações sociais no campo das relações entre governo e a sociedade para implementação das políticas públicas em Maués, que faz parte do contexto amazônico. O quadro abaixo mostra como se dá a articulação dos órgãos e espaços de participação social na promoção da governança e na implementação de políticas públicas, conforme cada área.

Quadro 3 – Áreas-chave para implementação das políticas públicas

Saúde	
Observações Conselho Municipal de Saúde	O Espaço deliberativo atua diretamente junto ao poder público especificamente na fiscalização do Sistema de Saúde Municipal através de suas reuniões ordinárias e extraordinárias e organiza as conferências municipais da saúde.
Relatório Técnico VII Conferência Municipal de Saúde (UEA, 2023)	A Coordenação do evento dividiu os participantes e delegados entre os quatro eixos temáticos. Nessa dinâmica cada grupo formulou 5 propostas concernentes ao eixo específico.
Educação	
Observações (Conselho Municipal de Educação)	O Conselho se esforça em promover a participação maior dos cidadãos nas atividades colaborativas envolvendo entidades governamentais e da sociedade civil, como os espaços do próprio conselho gestor e em eventos como conferências.
Relatórios Técnico V Conferência Municipal de Educação(UEA, 2023b)	As relações democráticas se estabeleceram mediante a subdivisão do público presente em 7 eixos temáticos referente à Conferência Nacional de Educação- CONAE 2024, com os documentos base da etapa municipal com proposições para o novo Plano Nacional de Educação-PNE 2024-2034.
Relatório Técnico Reunião-Fórum Munic. de Educação (UEA,2023c)	Organiza reuniões semestrais, dos quais fazem parte diversas instituições públicas, além de Conselhos Municipais de Educação, da Merenda Escolar, do FUNDEB, e outras organizações sociais como Igrejas, Escolas e Universidades e outros.

Observações Organização Religiosa- Fundação Palavra Viva	A Fundação Beneficente Palavra Viva, além de sua atuação interna na oferta de educação infantil e profissionalizante, se envolve nas discussões e debates promovidos pelos espaços de participação como Conselhos Municipais (da criança, e do adolescente, da Assistência Social e do idoso).
Meio ambiente, urbanização, orçamento público e saneamento	
Atas Audiência Pública sobre orçamento (Prefeitura de Maués 2019, 2020 2022)	A Prefeitura Municipal organiza o evento junto a Comissão de Finanças da Câmara Municipal para socializar os números sobre o Orçamento Público Municipal a cada quadrimestre para cumprimento de metas, mas o texto do documento não menciona a participação social ou se houve a presença da sociedade.
Convites Audiência Pública sobre Orçamento- (Prefeitura de Maués 2019b,2024)	A Prefeitura Municipal publicou o convite em 2019 no Portal da Transparência Municipal de Maués, convidando a População para se participar na Câmara Municipal, já relação ao outro convite de 2024, não se menciona o local, mas apenas o canal Digital que foi a Plataforma Zoom.
Relatório Técnico Audiência Pública Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana (UEA, 2019)	O documento mostra que a Audiência Pública contou com a presença e articulação de Representantes do Poder Público Municipal, moradores das áreas desocupadas pelo PROSAI-Maués para implementação do mega Programa de saneamento dos Igarapés em duas lagoas que banham a cidade de Maués.
Produção agrícola: Guaraná	
Relatório Técnico Reunião da Associação IG Maués em 01/06/2023. (UEA, 2023d)	O Documento apresenta os relatos das pautas da reunião da IG, e verifica-se como se estruturam os papéis de cada um dos participantes, que além de produtores de guaraná associados conta com instituições públicas e privadas parceiras que formam o Conselho Regulador da IG.
Reinserção Social	
Observações Organiz. Religiosa Fazenda da Esperança Nsa. Sra. da Piedade	A Entidade que tem como sua principal finalidade recuperar os dependentes químicos de Maués se envolve em Conselhos Municipais como o Conselho da Assistência Social e realizam movimentos que se envolve outros atores sociais e poder público.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

As áreas-chave investigadas estão interligadas a alguns espaços de participação social. A saúde é uma área que teve abordagens inerentes ao Conselho Municipal de Saúde que é permanente e das Conferências Municipais de Saúde que têm ocorrido periodicamente no município de Maués. Assim, ao se transferir parte do poder de Estado para a responsabilidade das organizações da sociedade civil, os conselhos foram os espaços que obtiveram mais privilégios, neste sentido (RAICHELIS, 2006).

A área educacional, por sua vez, conta com atuações do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, das Conferências Municipais de Educação e da Fundação Beneficente Palavra Viva (Organização Religiosa). Desse modo, quanto mais se aumenta a participação dos conselhos municipais nas três esferas governamentais em diversas áreas como saúde, educação e assistência social, mais se percebem a importância significativa destes órgãos coletivos para a democratização (MARTINS et al., 2020).

Já as áreas como meio ambiente, orçamento e saneamento envolveram atividades realizadas em algumas audiências públicas municipais. Na produção agrícola do guaraná, trabalhou-se em cima de atividades desenvolvidas pela Associação IG Maués, através das atuações de seu conselho regulador. Por último, a área reinserção social se refere às atividades

desempenhadas pela Comunidade Terapêutica Fazenda da Esperança de Maués, que atua na recuperação de dependentes químicos.

5.1 Evidências dos aspectos amazônicos como pontos importantes de discussão.

As relações que se dão no envolvimento do governo com a sociedade do município de Maués trazem à discussão a importância de se por em evidências os aspectos regionais da Amazônia, nesse contexto. Abaixo, serão apresentados alguns pontos que foram explorados neste trabalho.

Quadro 4 – Evidências dos aspectos amazônicos como pontos de discussão.

Área-chave	Aspecto amazônico identificado	Espaço de debate
Saúde	Dificuldade de acesso a exames de alta complexidade pelos usuários do SUS devido aos fatores regionais amazônicos	Entrevista P1 e P14
	As estradas rurais de Maués são rios, em maior parte dos casos	Entrevista (P1)
Educação	Em 2023 a aprovação dos calendários; devido à seca severa, em alguns lugares as aulas municipais terminaram em outubro, outras em novembro, na Zona Rural.	Entrevista (P3)
	Pensar a educação e a escola para a nossa Região Amazônica, é necessário levar em consideração a geografia da região, os custos que são diferentes de outras regiões do Brasil.	P6 - (Fórum M. Educação) /P8(FME) Entrevista
	A discussão sobre a Amazônia e sua complexidade ainda é muito tímida, pelo fato de suas especificidades e seus desafios serem bastante robustos quando se trata das políticas educacionais.	Entrevista (P14)
	Quem destrói a Amazônia são os grandes latifundiários, especulam as propriedades para depois querer explorar, tirar madeira, e devido à falta de fiscalização dos setores competentes, especialmente pela distância e acesso a áreas preservadas.	Entrevista (P17)
	Aqui nós somos totalmente diferentes. Há uma realidade totalmente diferente da realidade de outras partes, de outras regiões do Brasil.	Entrevista (P14 e P16)
	Falar de Amazônia é muito complexo, e as pautas vêm prontas, com olhar voltado para a realidade de fora, mas é preciso observar que a realidade local é bem diferente.	P20, P21 (Fundação Palavra Viva)
Produção agrícola do guaraná	O desenvolvimento da Amazônia é tríplice (econômico, social e ambiental) e passa, obrigatoriamente, pela agregação de valor dos recursos naturais, dos povos e da sustentabilidade.	P18- (IG Maués)
	O profissional que atuar através dos projetos, ainda que não seja da Região Norte, precisa ao menos ter experiência de Amazônia.	P19(IG Maués),
	Especificidades da Região diferentes (a questão logística, o preço diferenciado dos produtos, a cultura dos povos e o modo de agir)	
	A IG tem levado em consideração todos os fatores regionais, pois tem profissionais com experiência e competência para condução dos processos, como exemplos o SEBRAE, o MAPA, O MDA e outros.	
Reinserção Social	Acesso às unidades físicas da Comunidade Terapêutica são caracterizadas por fatores amazônicos, como o acesso através de estradas vicinais e trecho fluvial, enfrentando os regimes de cheia e seca	P22 e 23(Fazenda da Esperança)- Entrevista/ Observações diretas
	Na Fazenda da Esperança existe o trabalho com a agricultura para autossustentação dos acolhidos e voluntários, no cultivo da terra de modo tradicional, mas um cuidar com olhar de preservação.	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

No quadro acima foi possível verificar algumas evidências sobre os aspectos amazônicos que foram apontados na pesquisa. No campo da saúde, relatou-se a dificuldade de acesso da população a exames de alta complexidade devido a fatores regionais, e que as estradas de Maués são rios, na grande maior parte do território rural. E, de fato, isso dificulta bastante o acesso a outros Municípios que podem ofertar os serviços de saúde mais especializados, que no caso do Estado do Amazonas só existe em Manaus. Sobre essa diferença, Almeida (2021) destaca que essa dificuldade se dá devido a essa diferenciação da Amazônia com as demais regiões, afetando atendimentos na atenção básica e na urgência e emergência.

Na área educacional, os entrevistados relataram situações como calendário reduzido nas escolas do campo devido à estiagem extrema de 2023, os desafios e especificidades da educação na realidade rural e os problemas da exploração indevida dos recursos florestais. Nas áreas da produção rural e da reinserção social, os entrevistados pontuam que as peculiaridades regionais são evidenciadas através da logística de acesso de distribuição de produtos e serviços, da questão cultural dos povos, os regimes de enchente e estiagem dos rios, e os modos tradicionais de produção. Nesse contexto, no pensamento de Becker (2010, p.18) “a elaboração de políticas públicas no novo momento histórico exige que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia hoje”.

5.2. Empecilhos na implementação das políticas públicas.

Buscando estabelecer processos de implementação das políticas públicas é necessário também levar em consideração os empecilhos que podem impor dificuldades para executá-las. Deste modo, o Quadro 5, trouxe alguns pontos debatidos nos espaços de participação mauesense que são considerados relevantes para esse enfoque.

Quadro 5: Empecilhos para implementação das políticas públicas em Maués/AM

Descrição do empecilho	Órgão ou Espaço Debatido	Fonte da Informação
Distanciamento geográfico e dificuldades de acesso da boa parte da população rural à sede do município.	Conselhos Municipais (Saúde/Educação)	Entrevista P1 e P14
Dificuldade de se cumprir o que foi aprovado em assembleias e reuniões	Conselho M. Saúde	Entrevista P2
Leis educacionais não contemplam a realidade amazônica	Conferência M. Educação	Entrevista: P12, P13
No caso do transporte escolar fluvial, tem crianças que passam mais tempo dentro de uma embarcação que dentro da própria sala de aula na Zona Rural de Maués		Entrevista (P12)
O cidadão está deixando o papel dele para alguém fazer/pais de alunos cobram o comportamento de seus filhos na escola, enquanto essa responsabilidade é dele próprio.	Conferência M. Educação	Entrevista- P4

Um dos problemas é o número de alarmante de abuso infantil que muitas vezes acontecem em comunidades bem remotas, onde não tem polícia próxima nas localidades. As pautas que levam em conta o fator regional são tratadas de modo muito superficial, ou sua ação prática é pouco abrangente.	Educação	P20-entrevista (Org. Religiosa) Palavra Viva
Dificuldade de acesso às escolas pelos alunos da Zona Rural-maior do acesso é por rios, existindo poucas estradas vicinais	Conferência M. Saúde	Observações durante entrevistas
As demandas educacionais são grandes devido a maior parte das escolas pertencerem às mais de 150 escolas rurais	Fórum Municipal de Educação	Observações (Reunião do FME)
Plano Diretor de Maués tem aplicabilidade nula desde o início de sua vigência; dividido em 3 Distritos, o Município tem 73% do território em reservas ambientais e 27% são os 12 Polos de Desenvolvimento Rural.	Audiência Pública	Relatório Técnico-Plano Diretor e Plano de Mobil. Urbana(UEA2019b)
As pautas que levam em conta o fator regional são tratadas de modo muito superficial, ou sua ação prática é pouco abrangente	Fundação Palavra Viva	Entrevista (P20)

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O que se pode observar, nesse contexto, é que os principais empecilhos encontrados para se implementar políticas públicas provindas dos debates públicos dizem respeito à questão amazônica como o distanciamento geográfico, leis educacionais não compatíveis com a realidade local, abuso infantil acentuado em áreas remotas. Na questão estrutural, destacam-se a dificuldade de cumprimento das pautas aprovadas, dificuldade de transporte de pessoas e de alunos, alta demanda educacional devido às mais de 150 escolas rurais existentes e a inoperância do Plano Diretor Municipal. Nessa ótica, Teodósio e Resende (2014) expõem que existem ainda muitas OSC que não atuam de maneira emancipatória como se espera, pois ao atuarem através de redes, não compreendem seu verdadeiro papel e acabam por perder suas características peculiares que é atuar na promoção das políticas sociais.

5.3. Propostas debatidas em Maués-AM

No quadro abaixo, foram selecionadas algumas ideias que surgiram nos debates entre Governo e Sociedade em Maués.

Quadro 6: Propostas levantadas nos espaços de participação conforme áreas-chave

Proposta Levantada	Área/atuação	Fontes da Informação
Municipalização da saúde indígena (Inserção de recursos na Atenção Básica Municipal)	Saúde	Entrevista- P1(Conselho M. Saúde) / Relatório V Conf. M. Saúde(UEA, 2019c)
Criação do SAMU Fluvial para atender áreas remotas e de difícil acesso		Entrevista- P1(Conselho M. Saúde)
As pessoas que representam a sociedade nos espaços de debates precisam estar informadas e gabaritadas para trabalhar áreas temáticas específicas.		Entrevista- P9 (Conf. M. Saúde)
Atendimento humanizado e capacitação de servidores da saúde.		Relatório V Conferência Municipal de Saúde (UEA, 2019d)

Incorporação da medicina alternativa como complementar à saúde básica, visto que já existe regulamentação prevista no Ministério da Saúde		Relatório da V Conferência M. de Saúde 2019, Maués(UEA, 2019e)
Trabalhar a conscientização do controle social desde o período escolar, buscando formar uma nova geração de cidadãos mais conscientes de seu papel social		Entrevista- P7 (Conferência Municipal de Saúde)
As comunidades ribeirinhas e povos originários que vivem diretamente em contato com os rios e florestas precisam ser mais olhados pelo poder público.	Educação	Entrevista P15(Conferência Municipal de Educação)
Proposição nº 829 do PNE 2024-2034: estratégia 831.1.1- <i>Garantir que a nomeação de diretores(as) e coordenadores pedagógicos se dê mediante eleição direta e com a participação da comunidade escolar e educacional.</i>		Relatório V Conferência Municipal de Educação ou Etapa Municipal (UEA, 2023e)
Plano Diretor: Implantação de uma Representação da Prefeitura Municipal Agroecológica na Macrozona ao Sul; Fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - COMDU.	Meio Ambiente / Urbanização/ Saneamento	Relatório da Audiência Pública sobre Plano Diretor e de Mobilidade Urbana.(UEA, 2019f)
Mobilidade Urbana- Regularização e implantação de calçadas em ruas e avenidas principais; melhorias dos passeios públicos, sinalização de travessias; implantação de paraciclos bicicletários; criação de um sistema de transporte coletivo		
Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Maués (UEA, 2019).		Relatório da Audiência Pública de Plano de Resíduos Sólidos- Maués(UEA, 2019g)

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O quadro 6 mostra algumas propostas que foram levantadas nos espaços de participação com destaque para a implantação do SAMU fluvial que poderia atender as regiões estratégicas da Amazônia que mais necessitam desse serviço de emergência devido às condições geográficas das populações ribeirinhas. No campo educacional uma proposição importante tratada na V Conferência Municipal de Educação em Maués foi sobre as eleições diretas para escolha de gestores os escolares e pedagogos. Além disso, P9, conferencista da educação fez uma reflexão sobre a importância dos povos tradicionais e das comunidades ribeirinhas. Nessa ótica, Moreira e Ribeiro (2020) argumentam que as populações tradicionais, embora não tenham conhecimentos científicos sobre como sustentabilidade, com seus saberes regionais, são essenciais para ajudar na defesa do território amazônico e do modo de viver em uma tão região complexa.

Nos campos Meio ambiente, Urbanização e Saneamento é interessante citar que o Plano de Resíduos Sólidos seria uma importante medida para solucionar a problemática do lixo municipal, o destino correto do lixo doméstico (implantação da coleta seletiva), dentre outras medidas.

5.4.Exemplos de políticas públicas que foram implementadas em Maués

No Quadro 7 seguem alguns exemplos de políticas públicas que foram frutos dos debates públicos entre Governo e sociedade que se deu através dos espaços de participação social e de algumas organizações privadas que individualmente prestam serviço benéfico à população, ou ora se envolvem nos debates e discussões públicas em Maués.

Quadro 7: Políticas Públicas Implementadas frutos de debates públicos em Maués

Área	Políticas Públicas Implementadas	Espaço /Fonte
Saúde	Conquista de uma UBS fluvial (Conselho e Conferências da Saúde)	P11(Entrevista-Conferência M. Saúde)
	Equipes médicas permanentes em Comunidades Polo rurais	
	Compra de uma usina de oxigênio para atender a demanda do Hospital Municipal (Conselho e Conferências da Saúde)	
Educação	A implantação da primeira escola de Tempo Integral no âmbito da educação municipal (Conferências da Educação)	P3(Entrevista- Conselho M. Educação)
Produção guaraná	Obtenção do selo da IG de Maués (Guaraná) para agregar valor de mercado ao maior produto municipal e demarcar sua originalidade.	Relatório Técnico Reunião IG Maués (UEA, 2023f)
Saneamento, Meio Ambiente, Urbanização	Execução do PROSAI Maués envolveu diversas atividades, dentre elas oficinas, reuniões e Audiências Públicas para discutir propostas de melhoramento de áreas que envolvia o Projeto como: saneamento das lagoas envolvidas, discussão do Plano Diretor de Maués e Planos de Mobilidade Urbana, tratamento dos resíduos sólidos, sistema de esgotamento sanitário e água potável.	Relatório - Audiência Pública Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana./ Relatório - Audiência Pública Plano de Resíduos Sólidos. (UEA 2019h, 2019i)

Fonte: Próprio Autor.

Os principais exemplos de implementação das políticas públicas em Maués na área da saúde foram: UBS fluvial, Implantação de Equipes Médicas em Comunidades Polo na Zona Rural e aquisição de uma usina de oxigênio, frutos dos debates no Conselho Municipal de Saúde e Conferências Municipais de Saúde, nos últimos anos. Na educação, o destaque foi a implantação no ano de 2024 da primeira escola de tempo integral municipal.

O guaraná que é carro-chefe da economia ganhou o selo de Indicação de Procedência da IG junto ao INPI graças à luta da Associação que compunha diversas instituições parceiras e produtores de guaraná. Por sua vez, o Programa de Saneamento Integrado de Maués-PROSAI Maués que foi iniciativa do Governo do Estado do Amazonas e Prefeitura de Maués teve sua execução construída junto com a sociedade através de diversos debates em Audiências Públicas e outros eventos.

5.5.Expectativas para melhoria das relações públicas entre governo e sociedade

Eis alguns pontos importantes de expectativas de melhorias na abordagem sobre as relações democrática entre governo e sociedade para a promoção das políticas públicas:

Quadro 8: Expectativa de melhorias

O Conselho faz sua parte em cobrar, fiscalizar e espera-se que o Governo Municipal também, de alguma forma, ajude a melhorar a qualidade da educação do Município, principalmente, para a parte da zona rural, que possui desafios mais complexos. P3(Conselho M. Educação)
A sociedade precisa demonstrar mais interesse e conhecimento na Lei dos Direitos e Deveres das Crianças e Adolescente e do Plano Municipal de Educação que regula as ações da educação local (P5, Fórum M. Educação)
Trabalhar a parte da conscientização do controle social desde o período escolar (P7, Conferência M. Saúde);
A grande massa da população quase não participa, por isso é preciso trabalhar mais a divulgação. (P7, Conferência M. Saúde);
O Poder Público, que financia as conferências, deveria incentivar mais os cidadãos através de convites, mas inclusive do uso de transporte para os cidadãos participar do evento público. (P10-Conferência M. Saúde)
Fortalecimento da atuação dos órgãos representantes da sociedade civil como Associações de Pais e Mestres, Igrejas, ONGs e outras entidades sociais na elaboração das políticas públicas para melhoria educacional (Relatório Técnico V Conferência M. Educação, UEA, 2023g).
Reenfatizar as peculiaridades regionais nas etapas estaduais e nacionais das Conferências, construindo políticas públicas que contemplem a contextualização regional (P11, Conferência M. Saúde);
Valorizar as questões autossustentáveis como cultivo sem uso de agrotóxico, fiscalizar o dinheiro internacional que é injetado na Amazônia destinado para a preservação, cobrando mais a atuação responsável das ONGs que desenvolvem projetos na região (P17, IG Maués).

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Alguns pontos relevantes foram apresentados nos achados empíricos como a importância de o Conselho Municipal de Educação cobrar e fiscalizar os recursos da educação, esperando que o governo cumpra com sua parte também. Outros pontos também seriam divulgar mais as atividades dos conselhos Municipais em escolas e outros lugares e trazer o cidadão para as discussões públicas. Em relação às organizações sociais propôs-se seu fortalecimento a fim de que suas atuações tenham mais eficácia, e que os contextos específicos da região Amazônica possam ser mais bem discutidos nas plenárias dos espaços de participação social.

Quanto à atuação das ONGS Amazônicas, P17 da IG Maués, propôs que estas precisam ser mais fiscalizadas, e que possam prestar contas de suas atividades e recursos que recebem da ajuda internacional para desenvolver projetos sustentáveis na região. Nesse sentido, o processo de transformação territorial por que passa a Amazônia, gera incertezas quanto ao futuro, quanto ao esgotamento dos recursos, mas cabe um planejamento melhor a fim de se identificar os problemas que poderão ser trabalhados (BECKER, 2014).

6. Considerações Finais

Este artigo apresentou uma análise abrangente dos mecanismos que facilitam a implementação de políticas públicas por meio da interação entre o governo e a sociedade civil organizada no município de Maués, Amazonas. Identificou-se que, embora existam caminhos já traçados para a participação social, ainda há espaço para melhorias e maior eficácia nos processos deliberativos.

Nas áreas de saúde e educação, os Conselhos Gestores, as conferências municipais e o Fórum Municipal emergiram como os atores mais relevantes na implementação de políticas públicas. Exemplos notáveis incluem a aquisição da Unidade Básica de Saúde (UBS) Fluvial para atendimento das áreas rurais, a criação de equipes médicas em Comunidades Rurais Polo, a compra de uma usina de oxigênio para o hospital local, e a implantação de uma escola de tempo integral. Além disso, a Indicação Geográfica (IG) de Maués para o guaraná representou uma conquista significativa, com a obtenção do selo de Indicação de Procedência promovido pelo INPE, agregando valor ao produto e abrindo novos mercados externos. Em relação ao meio ambiente, saneamento e urbanização, destacaram-se as deliberações conjuntas entre o poder público e a sociedade civil, que resultaram em avanços importantes nas políticas de resíduos sólidos, plano diretor e mobilidade urbana, especialmente no contexto das obras do PROSAI/Maués, inaugurado em 2019.

Os resultados desta pesquisa indicam que há um potencial significativo para a implementação de políticas públicas adicionais em áreas como saúde, educação, saneamento, meio ambiente e produção rural. No entanto, isso depende de uma atuação mais proativa das organizações sociais, do governo e das instituições públicas nos espaços deliberativos existentes, como os Conselhos Gestores, Conferências, Audiências Públicas e Fóruns. A literatura revisada, em parte, corroborou os achados empíricos, mas também ofereceu críticas importantes sobre práticas que não são condizentes com relações democráticas eficazes, o que pode comprometer a implementação de políticas públicas.

O estudo, sendo de natureza qualitativa, enfrentou limitações inerentes a essa abordagem. Embora a triangulação de dados e a análise de conteúdo tenham sido utilizadas para mitigar a influência da subjetividade do pesquisador, a escassez de literatura específica sobre a temática regional representou um desafio, limitando a exploração de outros fatores potenciais. Portanto, é recomendável que futuras pesquisas explorem mais profundamente esses temas, seja para corroborar, refutar ou expandir as discussões iniciadas por este trabalho.

Além disso, para que as políticas públicas sejam eficazes, é essencial que a sociedade civil continue a participar ativamente dos processos deliberativos, assegurando que a governança pública seja conduzida com base em práticas democráticas sólidas. A contribuição deste trabalho reside na ênfase à importância de se abordar questões críticas para o contexto amazônico, que exige uma atenção especial devido às suas complexas condições socioeconômicas e à necessidade urgente de equilibrar preservação da biodiversidade com desenvolvimento sustentável. A complexidade da Amazônia impõe desafios de governança

pública que só poderão ser superados por meio de uma colaboração estreita entre o governo e a sociedade civil organizada. Os espaços deliberativos, neste sentido, são fundamentais para fomentar discussões produtivas e desenvolver propostas que reflitam de maneira mais precisa a realidade local.

Referências

- ALMEIDA, Vanessa Figueiredo de Almeida. Fluxos da população ribeirinha no acesso aos serviços de urgência e emergência: um estudo de caso no município de Maués, AM. Dissertação de Mestrado. - Manaus: Instituto Leônidas e Maria Deane, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 17-23, 2010.
- BECKER, Bertha K. A amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas . In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [396]-401.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de administração Pública**, v. 51, p. 147-156, 2017.
- CAMELO, Gerda Lucia Pinheiro et al. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. **HOLOS**, v. 2, p. 131-141, 2010.
- COUTINHO, Ana Catarina Alves. Políticas públicas, desenvolvimento local e participação social nas instâncias de governança associadas ao turismo no Rio Grande do Norte. Dissertação - Natal, RN, 2015, 200f.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: _____; _____ (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 32
- DUARTE, Samuel Correa; BARBOSA, Lia Pinheiro. Políticas Públicas: modelos e elementos constitutivos. **Cadernos Cajuína**, v. 8, n. 1, p. e238106-e238106, 2023.
- GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022.. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> > Acesso em:04.ago.2024.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 2003.
- MARTINS, S; ALMEIDA, Bruno Vasconcelos de; MARTINS, Marcelo Feijó. Capítulo 14. Participação Social e Conselhos de Políticas Públicas no Brasil. In: **Uma Nova Democracia para o século XXI?** Joaquim Brugué Torruela, Simone Martins e Carmen Pineda Nebot-Organizadores- Viçosa MG: S. Martins, 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, Carla Siqueira; RIBEIRO, Tânia Guimarães. O desenvolvimento sustentável e a implementação de políticas públicas na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 2, p. 103-115, 2020.

NÓBREGA, Wilker. **Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia**. Editora E-papers, 2007.

OLIVAL, Alexandre de Azevedo; SPEXOTO, Andrezza Alves; RODRIGUES, José Alesando. Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, p. 1013-1035, 2007.

RAICHELIS, Raquel *et al.* Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 73-87, 2006.

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (RPI) nº 2454, 2018. **Primeiro registro de IG de 2018 é concedido para o Guaraná de Maués, no Amazonas**, 2018. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br>

SILVA, J. V. B., ROSANO-PEÑA, C., MARTINS, M. M. V., TAVARES, R. C., & SILVA, P. H. (2022). Ecoeficiência da produção agropecuária na Amazônia brasileira: fatores determinantes e dependência espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(spe), e250907. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.250907>

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; RESENDE, Grazielle Andrade. Democratização de políticas sociais no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, 2014.

TRICAUD, Solène; PINTON, Florence; PEREIRA, Henrique dos Santos. Saberes e práticas locais dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana* Kunth var. *sorbilis*) do médio Amazonas: duas organizações locais frente à inovação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 33-53, 2016.

ZAPATA, Tania. (2009). A importância da nova governança para construir uma outra cultura política no Brasil. In: _____. (Org). **Desenvolvimento Local e a Nova Governança**. Pernambuco, 2009.

Apêndice

Documentos Analisados

ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Indicação Geográfica de Maués (IG do Guaraná)			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
IP do selo do Guaraná (IG do Guaraná)	EMBRAPA	Artigo (Site Institucional)	2018
Cerimônia pelo Registro da IG	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social)	2018
Reunião da IG do Guaraná/ Maués	UEA	Relatório Técnico/(Físico)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Audiências Públicas Municipais			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Audiência - Plano de Resíduos Sólidos do Município de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência -Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana de Maués	UEA	Relatório Técnico de participante (Físico)	2019
Audiência-Avaliação e Cumprimentos de Metas Fiscais 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Convite à População- 25.10.2019 (Site Institucional)	2019
6ª Audiência sobre o Orçamento- 2º Quadrimestre 2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência) 05.10.2019	2019
8ª Audiência Pública Municipal sobre Orçamento- 3º Quadrimestre/2019	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2020
Audiência sobre Orçamento- 3º Quadrimestre 2021	Prefeitura de Maués	Ata (Portal da Transparência)	2022
Audiência Pública Municipal sobre o Orçamento- 3º Quadrimestre 2023	Prefeitura de Maués	Convite (virtual- Rede Social- Portal Institucional)	2024
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Conferências Municipais			
Documento	Organização	Tipo de documento /acesso	Ano
V Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de delegado (físico)	2019
VI Conferência Municipal de Saúde	Prefeitura de maués	Decreto Municipal N° 088 (Portal da Transparência Municipal)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado (físico)	2021
VI Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. de Saúde /SEMSA	Convite (formato físico recebido pelo NESMAU-UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder – Programação (Formato Físico- NESMAU/UEA)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Ofício Institucional nº 025/2021- (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	UEA	Relatório Técnico de Participação (físico)	2021
IV Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2022	FME/SEMED	Folder 4ª Conferência Municipal de Educação (físico)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	Conselho M. Saúde/SEMSA	Ficha de Inscrição como Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2021
VII Conferência Municipal de Saúde	UEA	Relatório Técnico de Delegado municipal (formato físico- Institucional)	2023
V Conferência Municipal de Educação para a CONAE 2024	UEA	Relatório Técnico-participante (formato físico – Institucional)	2023
ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO: Fórum Municipal de Educação-FME			
Documento	Organização	Tipo/acesso	Ano
Fórum Municipal de Educação (FME)	Prefeitura de Maués	Decreto Municipal N° 096(Portal da Transparência Municipal)	2021
Fórum Municipal de Educação (FME)	UEA	Ofício N° 111/2023-UEA(2023) - (Formato Físico-institucional)	2023
Reunião Extraordinária Fórum Municipal de Educação - FME	UEA	Relatório- Reunião Extraordinária FME- 20.10.2023 (formato físico- institucional)	2023
Composição Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	Prefeitura de Maués	Decret. Municipal nº 093/(12/11/2021) (Portal da Transparência Municipal)	2021

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conclusões Gerais

Este estudo teve como objetivo investigar o papel desempenhado pela sociedade civil organizada no Município de Maués, Amazonas, especialmente através de organizações e espaços de participação social, para promover uma governança pública local mais eficaz. A pesquisa evidenciou que a participação social é um fator crucial para o sucesso das políticas públicas debatidas em plenárias e outros espaços deliberativos, sendo essencial para o fortalecimento da governança pública.

Os resultados dos artigos científicos que compõem esta dissertação corroboram a relevância da Constituição Federal de 1988, que abriu espaço para a inserção de mecanismos de participação cidadã e a consolidação da democracia participativa. No entanto, a pesquisa revela que, embora esses mecanismos tenham sido implementados, ainda há desafios significativos a serem superados para que a participação social alcance seu pleno potencial. Dentre as principais contribuições destacam-se:

- **Artigo 1:** Este artigo explorou a efetividade da participação da sociedade civil organizada nos processos de discussão de políticas públicas em Maués. Concluiu-se que, apesar de a participação ser ainda incipiente, os Conselhos de Saúde e de Educação, junto com suas respectivas conferências, se destacaram como os espaços mais eficazes. As pré-conferências municipais de saúde e os processos seletivos para gestores escolares foram exemplos de boas práticas que emergiram dessas deliberações. Em contrapartida, as audiências públicas organizadas pela Prefeitura Municipal mostraram-se menos eficazes, com baixa participação cidadã.
- **Artigo 2:** Focado na análise da governança pública, este artigo demonstrou que a democratização das relações entre o governo e a sociedade civil organizada é essencial para a construção de uma governança eficaz. As relações público-privadas e a colaboração entre produtores, instituições de ensino e agências de apoio, como o IFAM e o SEBRAE, mostraram-se fundamentais para a governança local, especialmente na promoção da Indicação Geográfica (IG) do Guaraná de Maués. As atividades de duas organizações religiosas também contribuíram positivamente, destacando-se na educação infantil, formação profissionalizante e reinserção social de dependentes químicos.

- **Artigo 3:** Este artigo examinou a influência das relações entre o governo e a sociedade civil na implementação de políticas públicas em áreas-chave como saúde, educação, meio ambiente e urbanização. A pesquisa revelou que, apesar dos desafios, existem mecanismos viáveis para a implementação de políticas públicas através de canais de participação. A aquisição de uma UBS Fluvial, a compra de uma usina de oxigênio, e a implantação de escolas de tempo integral são exemplos de políticas que se materializaram graças à colaboração eficaz entre governo e sociedade. A obtenção do selo de Indicação de Procedência do guaraná pelo INPI foi outro marco significativo resultante dessas interações.

Neste contexto, este estudo contribui significativamente para a literatura sobre governança pública, especialmente no contexto amazônico, onde as particularidades geográficas, sociais e econômicas impõem desafios únicos à implementação de políticas públicas. A pesquisa não apenas corrobora as teorias existentes, mas também destaca lacunas e apresenta novas descobertas sobre a participação social em um ambiente tão peculiar como o da Amazônia. As dificuldades enfrentadas devido à distância geográfica, à sazonalidade dos rios, e à diversidade cultural e econômica dos povos tradicionais são elementos que enriquecem o entendimento das dinâmicas de governança na região.

Embora esta pesquisa qualitativa tenha proporcionado contribuições valiosas, ela também enfrentou limitações, como a possível influência da subjetividade do pesquisador e a escassez de literatura específica sobre a temática regional. A triangulação de dados foi empregada para minimizar esses impactos, mas reconhece-se a necessidade de estudos adicionais que explorem mais profundamente as relações entre governo, organizações sociais e a sociedade civil na Amazônia.

Sugere-se que futuras pesquisas investiguem como a participação social pode ser ampliada e aprimorada em contextos desafiadores como o amazônico. Tais estudos poderiam focar no fortalecimento dos espaços deliberativos e na criação de novos mecanismos de inclusão cidadã que sejam adaptados às realidades locais. Além disso, seria valioso explorar como as políticas públicas podem ser mais eficazes em áreas remotas e de difícil acesso, onde as condições de vida são mais precárias.

Portanto, este estudo demonstrou que a participação social e a governança pública estão intrinsecamente ligadas, especialmente em uma região complexa como a Amazônia. Para que as propostas debatidas nos espaços de discussão se traduzam em políticas públicas eficazes, é fundamental que haja uma maior conscientização por parte dos governos e uma disposição

crescente da sociedade civil em participar ativamente desses processos. Espera-se que este trabalho contribua para um maior engajamento dos governos na criação e fortalecimento de espaços de democratização e que a sociedade civil perceba a importância de sua participação nos debates e formulações de políticas públicas. Somente através dessa colaboração será possível promover o desenvolvimento social e econômico, respeitando as peculiaridades e desafios do bioma amazônico.

ANEXOS

ANEXO A - Autorização Prévia



AUTORIZAÇÃO

Eu, **ELISEU DA SILVA SOUZA**, gerente do **NÚCLEO DE ENSINO SUPERIOR DE MAUÉS-NESMAU** da **Universidade do Estado do Amazonas**, autorizo a realização da pesquisa “**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MUNICÍPIO DE MAUÉS: A influência de organizações e de espaços de participação social no contexto da governança pública local**” a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador Responsável **JOSIEL LOPES VALADARES** com auxílio do pesquisador assistente **Carlos Alessandro Lima de Oliveira**, e declaro, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Maués, 11 de janeiro de 2024.


Eliseu da Silva Souza
Gerente do Núcleo de Ensino Superior
de Maués - NESMAU

ANEXO B - Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MUNICÍPIO DE MAUÉS: A influência de organizações e de espaços de participação social no contexto da governança pública local.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 27			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: JOSIEL LOPES VALADARES			
6. CPF: 082.580.846-40	7. Endereço (Rua, n.º): Rua da Mantiqueira, nº. 95 João Braz Apto. 601 VICOSA MINAS GERAIS 36570000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 31991514916	10. Outro Telefone:	11. Email: adm_josiel@yahoo.com.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: ____ / ____ / ____		Documento assinado digitalmente JOSIEL LOPES VALADARES Data: 16/01/2024 16:25:18-0300 Verifique em https://validar.ti.gov.br	
		Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Viçosa	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Departamento de Administração e Contabilidade	
15. Telefone: (31) 3899-2200	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável:	Antônio Carlos Brunozi Júnior	CPF:	343.583.678-44
Cargo/Função:	Coordenador do Programa de Pós graduação em Administração		
Data: 11 / 01 / 2024		Documento assinado digitalmente ANTONIO CARLOS BRUNOZI JUNIOR Data: 11/01/2024 20:24:28-0300 Verifique em https://validar.ti.gov.br	
		Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C - Termo de Sigilo e Confidencialidade



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MUNICÍPIO DE MAUÉS: A influência de organizações e de espaços de participação social no contexto da governança pública local.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 27			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: JOSIEL LOPES VALADARES			
6. CPF: 082.580.846-40	7. Endereço (Rua, n.º): Rua da Mantiqueira, nº. 95 João Braz Apto. 601 VICOSA MINAS GERAIS 36570000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 31991514916	10. Outro Telefone:	11. Email: adm_josiel@yahoo.com.br
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: ____ / ____ / ____		Documento assinado digitalmente JOSIEL LOPES VALADARES Data: 16/01/2024 16:25:18-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	
Assinatura			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal de Viçosa	13. CNPJ:	14. Unidade/Órgão: Departamento de Administração e Contabilidade	
15. Telefone: (31) 3899-2200	16. Outro Telefone:		
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Antônio Carlos Brunozi Júnior</u>		CPF: <u>343.583.678-44</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador do Programa de Pós graduação em Administração</u>			
Data: <u>11</u> / <u>01</u> / <u>2024</u>		Documento assinado digitalmente ANTONIO CARLOS BRUNOZI JUNIOR Data: 11/01/2024 20:24:28-0300 Verifique em https://validar.it.gov.br	
Assinatura			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MUNICÍPIO DE MAUÉS: A influência de organizações e de espaços de participação social no contexto da governança pública local”**. Nesta pesquisa pretendemos compreender o papel desempenhado pela sociedade civil organizada no Município de Maués/AM, por meio de algumas organizações e de alguns espaços de participação social, na promoção da governança pública local. Especificamente pretende-se **(i)** investigar como se efetiva a participação da sociedade civil organizada nos processos de discussão de políticas públicas em Maués, por meio de alguns órgãos e espaços de participação social; **(ii)** analisar a democratização das relações Governo-Sociedade Civil Organizada local como elemento essencial na construção de políticas públicas no município e **(iii)** identificar e explorar fatores que podem estimular o interesse social nas atividades colaborativas entre o governo e as entidades representativas da sociedade civil organizada, com foco em áreas-chave como: educação, saúde, meio ambiente, saneamento, reinserção social, orçamento público e produção agrícola, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento local.

O motivo que nos leva a estudar estes determinantes se dá pelo fato de envolver um município brasileiro presente em uma região que tem suas peculiaridades, como é a Amazônia, e também por esta pesquisa estar condicionada com a questão da proximidade e maior acessibilidade com os elementos que podem ser explorados, a respeito da atuação sociedade civil, especificamente na abordagem da sociedade civil organizada. E também este estudo pretende dar resposta, corroborando ou complementando pontos de outras pesquisas já publicadas, com temáticas semelhantes, em outros lugares ou regiões do país. Reitera-se, pois, que a entrevista a ser aplicada não tem interesse em coleta de dados pessoais dos participantes da pesquisa, nem qualquer tipo de identificação, senão apenas a coleta da percepção que interessa às questões já preestabelecidas na pesquisa. Convidamos o (a) Sr.(a) a participar da nossa entrevista, que não deve ultrapassar o tempo de 50 minutos.

A utilização de técnicas, como aplicação de entrevistas, com gravação de áudio pode submeter o envolvido em riscos como inibi-los a responder de maneira fiel à realidade as perguntas solicitadas e eventual cansaço, acanhamento, desconforto emocional, angústia, insatisfação, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; Tomar o tempo do sujeito ao responder à entrevista. e revelar gravação dos áudios. Para minimizar tais riscos, será garantido ao(a) Senhor(a) explicação sobre os objetivos da pesquisa, natureza do trabalho e motivo da escolha do participante da pesquisa, a plena liberdade em responder às questões da entrevista, com respeito à sua privacidade, à sua disponibilidade, dando-lhes segurança, tranquilidade, sem que haja pressão ou qualquer tipo de tentativa de inibição. Outros pontos garantidos compreendem o sigilo das informações obtidas, a ponderação sobre o conteúdo das perguntas, garantindo de condições propícias de comunicação por parte do pesquisador, bem como tolerância a qualquer limitação associada à utilização de meios eletrônicos, além de quaisquer outros cuidados identificados como necessários em prol da preservação e bem-estar do participante da pesquisa e da total segurança da confidencialidade e não violação das informações obtidas de forma eletrônica. Neste sentido, o (a) Sr.(a) fique à vontade em não responder qualquer questão, bem como interromper a sua participação, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de explicação ou justificativa e sem qualquer penalidade. Ademais, o(a) Sr.(a) terá acesso ao teor do conteúdo do instrumento (sentenças que serão abordadas) antes mesmo de responder as perguntas, corroborando para uma tomada de decisão informada.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização, conforme dispõe a resolução 446/2012. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

As entrevistas serão aplicadas às pessoas que são envolvidas em alguns órgãos governamentais e alguns órgãos que representam a sociedade civil organizada no Município de Maués/AM. A seleção destes atores, a princípio se constituirá de escolha por algumas categorias de órgãos e espaços de participação social. As entrevistas serão realizadas em atividade de campo junto aos segmentos selecionados para a pesquisa de modo presencial (com gravação em áudio se autorizado pelo participante da pesquisa ou realizado anotações escritas da conversa se este não desejar que seja gravada). O roteiro de entrevista será apresentado de modo impresso no momento das entrevistas e servirão de base para explorar os pontos principais sobre a pesquisa. Os dados coletados a serem tratados com sigilo e somente para fins acadêmicos e científicos serão analisados pelos pesquisadores envolvidos no estudo, podendo ser utilizados em outras pesquisas, mantendo a mesma confidencialidade quanto às informações neles constantes.

Os benefícios da pesquisa para seus participantes consistem em informações que contribuirão para que haja o entendimento mais profundo para acerca da influência da sociedade civil organizada nos aspectos da governança pública local, neste trabalho, representada por algumas organizações da sociedade civil e alguns espaços de participação social. Em âmbito nacional, as informações obtidas visam a validação de elementos que estão descritos na literatura a respeito da temática abordada, e poderão ser essenciais na construção de pensamentos acerca da importância da participação social através das organizações da sociedade civil organizada, e seus efeitos na construção de uma governança pública democrática.

Este termo de consentimento será previamente apresentado, disponibilizado em formato eletrônico e assinado pelo pesquisador responsável e, caso, o participante da pesquisa concordar em participar, será considerado anuência quando responder à entrevista da pesquisa. Lembre-se que será realizado o registro das respostas obtidas pelo participante da pesquisa, incluindo, a aceitação do termo de consentimento, que será arquivado de maneira eletrônica pelo pesquisador responsável em um HD externo sob os cuidados do pesquisador responsável, e o mesmo registro estará disponível ao(à) Sr.(a), sendo de suma importância guardá-la junto a seus arquivos eletrônicos.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 2 (dois) anos após o término da pesquisa e, depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato
_____, fui informado(a) dos objetivos
da pesquisa “**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NO MUNICÍPIO DE
MAUÉS: A influência de organizações e de espaços de participação social no contexto da
governança pública local**” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a
qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar
se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de
consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas
dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável:

Josiel Lopes Valadares

Prof. Dr. Departamento de Administração e Contabilidade - DAD

Universidade Federal de Viçosa - UFV

Endereço: Rua Expedito da Paixão, 335. Bairro Liberdade, Viçosa – MG. CEP: 36576-260.

Fone: 31 991514916

E-mail: josiel.valadares@ufv.br

Nome do pesquisador Assistente:

Carlos Alessandro Lima de Oliveira

Mestrando(PPGAdm/UFV)

Endereço: Rua Lourival Raimundo Alves, 657, Santa Luzia.

CEP: 69.190-000/ Maués-AM.

Telefone: (92) 99312-4080

Email: carlosalessandrol19@gmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá
consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Projeto De Pesquisa (Para participantes de Órgãos Governamentais e Não-Governamentais em Espaços de Participação Social e ou integrantes de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos)

DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA.

Nome.....

Idade:.....

Nome da Instituição (Governamental ou Não-Governamental) que representa?
.....

Organização Social ou Espaço de Participação social que participa ou já participou?
.....

QUESTÕES DA ENTREVISTA:

1-Que função/cargo o(a) Sr.(Sra.) exerce dentro do Órgão Social/ Conselho de Municipal de Políticas/ Conferência / Fórum ou Associação Religiosa/Filantrópica/Cooperativa em que participa?

2-Qual sua percepção da importância de atuar através do órgão/Instituição que representa nas reuniões que tratam de políticas públicas para a **melhoria social e desenvolvimento local**?

3- Fale um pouco do que o(a) Sr.(Sra.) acha sobre a **participação social** nos debates que ocorrem entre o Governo e as Organizações/Entidades que representam a sociedade civil para o bom êxito da **administração pública**?

4- De que maneira o(a) Sr(a) imagina que uma instituição não-governamental / os espaços de participação de políticas públicas (conselhos, fóruns, conferências, reuniões de interesse público) contribuem para uma boa **governança pública local**?

5- O (a) Sr.(Sra.) já participou/tem participado de alguma Conferência Municipal, Audiência Pública, Fórum ou Reunião Pública em que há a presença de instituições governamentais e não-governamentais? Qual sua percepção de **relação democrática** nessas discussões?

6-No seu ponto de vista, o que poderia despertar maior de **interesse dos cidadãos pelos debates e discussões** nos dos espaços públicos de participação social?

7-O(A) Senhor(a) acha que as discussões e debates públicos locais, em que se tratam temas relevantes, levam em consideração a realidade e peculiaridades da nossa **região amazônica**?